



Assembleia Municipal de Sesimbra

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO
DE 2019**

-----Aos vinte dias de dezembro de 2019, na Associação de Cultura e Recreio União Trabalhadora Zambujalense (ACRUTZ), realizou-se a primeira reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria da Conceição Nero Gonçalves, Primeiro e Segunda Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1. Apreciação da Atividade Municipal;**-----
- 2. Grandes Opções do Plano (PPI E AMR'S) e Orçamento'2020 – Mapa de Pessoal;**-----
- 3. Taxa Municipal de Direitos de Passagem'2020;**-----
- 4. Aquisição de Serviços de Cópia, Impressão, Digitalização e Fax – Pedido de Autorização à Assembleia Municipal;**-----
- 5. Intervenção na Lagoa de Albufeira – Celebração de Contrato Interadministrativo entre o Município de Sesimbra e a Agência Portuguesa do Ambiente, IP – Minuta – Autorização;**-----
- 6. 17ª Edição da Assembleia Municipal de Jovens / 13ª Edição do concurso “As cores da Cidadania”.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças:-----
-----Pelo Grupo Municipal (GM) da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça; João Carlos do Carmo Valente; Paula Alexandra Cacela da Conceição Graça Rodrigues, Rui João Graça Rodrigues; Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso; José da Costa Ferreira Braga, Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes e Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro.-----
-----Pelo Grupo Municipal do PS – Sérgio Miguel Redondo Faias, João Filipe Paulo Pólvora; Andredina Gomes Cardoso; Paulo do Carmo de Sá Caetano; Bertina Pereira João Duarte, Faustino Marques e Afonso Manuel Cardoso Pessoa.-----
-----Pelo Grupo Municipal MAIS SESIMBRA (PPD/PSD.CDS-PP) – José Manuel Lobo da Silva e Maria da Conceição Nero Gonçalves;-----
-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----
-----Pelo Grupo Municipal do BE - José António Melo Nunes Guerra.-----
-----Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia,

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vítor Ribeiro Antunes, e da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel de Jesus Gomes dos Santos. -----

-----Comprovada a existência de quórum, 24 presenças, **a Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e trinta minutos. -----

-----Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Francisco Manuel Firmino de Jesus, bem como dos Vereadores, José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto e Carlos Manuel Vicente Silva. -----

-----Informou em seguida que a Deputada Luísa Margarida Cagica Carvalho, e o Deputado Pedro Miguel dos Santos Mesquita, ambos do Grupo Municipal do PS, haviam solicitado as suas substituições por razões profissionais, sendo substituídas pelos Deputados, Faustino Marques e Afonso Manuel Cardoso Pessoa, respetivamente. -----

-----Justificou também a ausência da Vice-Presidente, Felícia Maria Cavaleiro da Costa e do Vereador Francisco José Pereira Luís, os quais por motivo de saúde e questões pessoais não podiam comparecer. -

----- Continuando os trabalhos a Presidente da AMS cumprimentou todos os presentes e fazendo uma saudação especial ao público e à comunicação social presentes, agradeceu ao Sr. Presidente da Direção da ACRUTZ, Humberto Leandro, e aos restantes membros da Direção, a cedência das instalações para a realização da sessão. -----

-----Continuou dizendo que as sessões da AMS dedicadas às Grandes Opções do Plano eram habitualmente realizadas em vários locais do Concelho em sessões descentralizadas. A ACRUTZ era uma coletividade de Abril e continuava a ser uma referência ao longo dos anos como uma associação que se dedica a várias modalidades sem esquecer o voluntariado e a abnegação que todos os dirigentes vinham tendo nas mais diversas áreas e na luta pelas melhores condições da coletividade. -----

-----Procedeu em seguida à entrega de uma lembrança da AMS sobre os 40 anos do Poder Local Democrático. -----

-----Informou que os Cidadãos e Cidadãs que pretendessem usar da palavra no Período dedicada às intervenções dos Cidadãos deveriam preencher o formulário disponível junto das funcionárias de apoio.

-----Apresentou em seguida a nova funcionária do Serviço de Apoio à AMS, Cindy Ferreira da Silva, que substituíra a Natália de Jesus que já se encontrava na situação de aposentada. À Cindy desejou, em nome da AMS, felicitações e que o seu trabalho fosse profícuo para o bom funcionamento da AMS e que sobretudo se sentisse bem no Órgão Autárquico. A AMS iria esperar da Cindy o mesmo profissionalismo das Colegas do Serviço, dedicação, empenho e grande cooperação entre todos os elementos. -----

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Disse depois que de acordo com conversa prévia com a Comissão de Líderes dos Grupos Municipais iriam ser apresentadas 3 propostas de alteração da organização da Sessão. Assim, iniciou por colocar à votação a proposta de integrar na Ordem do Dia, o assunto “Regulamento do Cineteatro Municipal João Mota – Projeto – Resultado da Consulta Pública” nos termos do n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

-----Esta proposta foi aprovada por maioria, com uma abstenção do PS. -----

-----Submeteu depois à votação a divisão da presente sessão ordinária em 2 reuniões sendo a 2.ª reunião realizada no dia 10 de janeiro de 2020, pelas 21h00, no Auditório Conde de Ferreira. -----

-----Esta proposta mereceu aprovação unânime.-----

-----Colocou por último à votação a alteração da organização da sessão e distribuição dos pontos pelas 2 reuniões, ficando para o dia 10 de janeiro de 2020, os seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

-----5. Apreciação da Atividade Municipal; -----

-----6. 17ª Edição da Assembleia Municipal de Jovens / 13ª Edição do concurso “As cores da Cidadania”;-----

-----7. Regulamento do Cineteatro Municipal João Mota – Projeto – Resultado da Consulta Pública.--

-----Esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

-----Lembrou que a 2.ª reunião da sessão não carecia de convocatória uma vez que tinha sido uma deliberação da AMS. -----

----- Prosseguiu dizendo que apesar de não estar previsto a realização de PAOD nos termos regimentais e por decisão da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, seria aberto uma exceção por motivo do falecimento do Senhor Dário Lopes, sendo apresentado um Voto de Pesar que **o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde** passou a ler: -----

-----“Dário Afonso Lopes (20 de outubro de 1946), natural de Goa (antigo Estado Português da Índia) e aí permaneceu até aos 14 anos. Viveu depois mais 14 em Angola e, no final de 1974, veio para Portugal.

-----A paixão pela sonorização começou em Angola, na Rádio Ecclésia - Emissora Católica de Angola - e não esmoreceu quando se tornou funcionário das Finanças. Pelo contrário. Trocou essa profissão pela de sonorizador. Ingressou na Emissora Oficial de Angola, inicialmente como “operador de som, de exteriores e de captação de música” e mais tarde como “operador audiotécnico” a chefiar o respetivo serviço. Permaneceu em Luanda até ao final de 1974. -----

-----A instabilidade desse período trouxe-o para Portugal, inicialmente como correspondente da Emissora Oficial de Angola e depois nos quadros da RDP - Radiodifusão Portuguesa - primeiro no Porto e a

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

seguir em Lisboa. -----

-----*Gravou alguns dos mais populares artistas portugueses, como Rui Veloso, Paco Bandeira, Roupa Nova e muitos outros, por vezes acompanhados pela Orquestra Ligeira da RDP, “mas envolvia muito maior responsabilidade a captação quinzenal da Orquestra Sinfónica Portuguesa, ou outras com menos regularidade como a da Fundação Calouste Gulbenkian, a Sinfónica de Londres, de Tóquio, Chinesa de Macau, do México”, conta.* -----

-----*Os festivais de música do Estoril e dos Capuchos eram outros momentos exigentes. Quando se aposentou, em Junho de 1995, residia então na Cova da Piedade. Ao pensar num local mais calmo para viver, optou pela Quinta do Conde e passou a colaborar com a rádio local de Sesimbra, dinamizando positivamente nesta emissora a imagem da Quinta do Conde. Em 2013 ficou viúvo de Aurora Lopes, companheira e colega profissional de elevado gabarito. Dário Lopes faleceu em 12 de dezembro de 2019.*

-----*Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 20 de dezembro de 2019 apresenta à Família e Amigos as suas mais sentidas condolências.”*-----

-----Submetido a votação o Voto de Pesar foi aprovado por **unanimidade** e foi de seguida guardado um minuto em sua memória. -----

-----**A Presidente da AMS** perguntou depois se algum eleito pretendia colocar questões relativas à listagem do expediente recebido pela AMS desde a realização da sessão extraordinária de novembro, mas nenhum deputado diligenciou intervir nesse sentido.-----

-----Declarou em seguida aberto o Período de Intervenção Aberto aos Cidadãos tendo informado que a Mesa recebera 4 inscrições, António Manuel Freire Vieira, António Vítor Lérias, Humberto David da Conceição e Luís Santos -----

-----O **Cidadão António Manuel Freire Vieira** cumprimentou todos os presentes e referiu que residia na localidade da Maçã, na Rua Fonte da Maçã. Era uma rua e não uma estrada nem uma autoestrada. Era uma rua com uma estrutura muito reduzida tal como todas as outras ruas semelhantes. O assunto que trazia à assembleia era a passagem dos veículos superiores a 5 toneladas e meia, que prejudicava a sua propriedade e a sua casa bastando colocar as mãos nas paredes e nos vãos.-----

-----Vivia aquela situação desde há 15 anos. Falara com o Vereador do Pelouro do Trânsito e expusera o problema. O Vereador dissera que desconhecia aquela realidade, mas era de facto dolorosa para quem lá vivia e gostava de ser tratado pela Câmara Municipal Sesimbra como qualquer outro munícipe que vivia em todas as outras ruas que estavam vedados àquele tipo de trânsito.-----

----- Todos os dias tinha pequenos sismos na sua propriedade e na dos seus vizinhos. -----

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A questão do trânsito na Rua da Fonte da Mação fora tratada há 15 anos atrás, ficando vedada nos dois sentidos. Atualmente estava vedada a um sentido. -----

-----A rua estava degradada porque não tinha estrutura para passar aquele tipo de veículos que anteriormente utilizavam a estrada municipal 525 com acesso a uma só Rotunda que era a rotunda do Angelo, atualmente existiam duas rotundas, facilidade de mobilização portanto não se justificava a passagem de trânsito de veículos pesados na Rua Fonte da Maçã. Portanto pedia à CMS que retirasse os dois sentidos como tinha sido feito noutras ruas da Maçã. -----

-----Como cidadão tinha deveres e direitos iguais aos outros munícipes. -----

-----Todos os dias era confrontado com a circulação de veículos pesados com altas velocidades. -----

-----Solicitava à CMS que fizesse testes para confirmar o que se passava naquela rua. -----

-----Eram 15 anos com uma promessa de uma variante que não existia. -----

-----O Vereador tomou nota da situação e disse-lhe para ir passando pelos serviços mas ele não fazia visitas à CMS. -----

-----Pedia que a situação daquela rua fosse avaliada e que deixasse de ser uma rua de serviço às pedreiras e para empresas transportadoras que nem sequer eram credenciadas no concelho. -----

-----Esperava que as suas palavras fossem ouvidas. Eram 15 anos à espera e volvidos 2 meses após exposição à CMS ainda não recebera qualquer resposta. -----

-----Interveio em seguida o **Cidadão António Vítor Lérias** que após cumprimentar todos os presentes e desejar boas festas e bom ano novo, referiu-se à limpeza de valetas, ribeiros tapados e pavimentação de artérias na localidade da Maçã. Disse que tinha estado com o Vereador José Polido na Maçã, onde o Vereador verificara a realidade do que se passava na Maçã no dia 22 de maio. Era inadmissível a situação dos esgotos e a falta de limpeza nos ribeiros continuava. Após a visita do Vereador apenas fora feita a condução da valeta junto ao portão de Calhariz para as águas seguirem para o aqueduto porque senão a estrada continuaria a degradar-se. E fora o sumidouro na Rua onde morava por causa das águas que passavam por cima. Não tinha sido feito mais nada. Fora colocado o sumidouro mas a calçada tinha ficado encostada ao muro. -----

-----Nunca mais tinha havido qualquer intervenção de limpeza dos esgotos, valas ou rueiros. Se houvesse o azar de cair alguma tromba de água a Maçã teria problemas. As ruas continuavam cheias de buracos, bastava ir à Rua das Tangerineiras que só tinha alcatrão nas zonas onde passara o saneamento porque no resto de um lado e do outro era *tout-venant*. Os moradores quase não conseguiam passar para casa. -----

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Acrescentou que no dia no dia 7 com o saneamento e com esgotos já montados o cheiro nos esgotos era intenso. -----

----- No decurso da visita o Vereador tivera que se ausentar e juntamente com o Eng.º Ruben visitara o resto da visita e ele verificara que as estradas estavam péssimas e os ribeiros cheios. -----

-----Solicitou depois a atenção para o facto da entrada para a casa do senhor Marques Quaresma que era um colaborador do Grupo Desportivo de Sesimbra na Maçã. O Sr. tinha uma deficiência na perna e já caíra da mota quando tentava ir para casa porque ao colocarem as condutas o caminho tinha ficado destruído e nunca fora arranjado apesar da Eng.ª que acompanhara a obra ter garantido que seria e já se tinham passado pelo menos 4 anos. -----

-----Pelo exposto perguntava por que razão nunca mais tinha havido qualquer intervenção na localidade da Maçã. -----

-----Interveio depois o **Cidadão Humberto David da Conceição** que cumprimentou todos os presentes e abordou o assunto da concessão do Restaurante e Cafeteria com esplanada do Parque Augusto Pólvora e a resposta ao pedido de revogação da decisão de ajuste direto. Disse que no dia 4 de dezembro apresentara ao Presidente da CMS um pedido de revogação anulação da decisão de ajuste direto da Cafeteria do Parque Augusto Pólvora porque no decorrer do processo desde o ajuste até à data fora detetando alguns erros e irregularidades em todo o processo que o impossibilitavam de desenvolver o projeto. Procurara junto da CMS encontrar respostas e soluções, mas só tinha obtido recusa, negação e omissão, inclusivamente numa das últimas reuniões com uma técnica da CMS, a pessoa que o acompanhava foi expulso por questões xenófobas e discriminatórias. A partir daí tinha todos os motivos para pedir a revogação da decisão de ajuste. -----

-----Interveio depois o **Cidadão Luís Santos** que após cumprimentar todos os presentes e desejar boas festas, interveio sobre o aterro na localidade do Zambujal. Referiu que a aterro e situava a 200 metros da sua habitação e já fizera uma denuncia junto da GNR e falara com várias entidades no Concelho. Infelizmente continuava tudo na mesma, a única diferença era que estavam a separar o lixo, madeira, e resíduos pretos que lhe pareciam alcatrão que estava sempre a libertar um cheiro intenso que era impossível respirar. Quando esses resíduos estavam aglomerados com ou outros lixos entravam em processo de compostagem e a fazer lavareda. -----

-----Pretendia saber o que é que já fora feito para parar com aquela situação. Fora contactado pelo Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) de Setúbal para preencher um formulário e registar todos os acontecimentos porque era sua intenção avançar para tribunal para tentar fechar o

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

aterro.-----

-----Terminadas as intervenções dos Municípes, a **Presidente da AMS** cedeu a palavra ao Presidente da CMS para responder.-----

-----O **Presidente da CMS** começou por cumprimentar todos os presentes e uma palavra em especial ao Presidente da Direção da ACRUTZ que acolhia a AMS nesta sessão ordinária.-----

-----Respondendo às questões colocadas pelos Municípes começou por dizer relativamente à questão levantada pelo Sr. António Vieira sobre a Estrada Fonte da Maçã que era a primeira vez que ouvia falar da situação quer na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia do Castelo quer nas funções de Presidente da CMS.-----

-----Quer esta Assembleia Municipal quer a Junta de Freguesia bem como o executivo municipal já tinham sido confrontados com uma situação similar na Rua do Pocinho, também na Maçã.-----

-----Perguntou depois, porque não percebera, se alguma vez a estrada tinha estado cortada à circulação de pesados.-----

-----O **Municípe** esclareceu que comprara o terreno em 1989 e construíra a moradia em 2000 e nessa altura a rua estava vedada à circulação de pesados, tal como todas as outras ruas, nos dois sentidos. Depois a opção tinha sido a circulação de pesados só para baixo quando os camiões de 40 toneladas vinham carregados com a promessa da construção de uma variante. Portanto ao fim de todos estes anos não existia a variante e também não existia igualdade entre as ruas.-----

-----O **Presidente da CMS** retomando a sua intervenção disse que desconhecia que a estrada estivesse vedada à circulação de pesados. Disse que apesar de ter o nome de rua era uma estrada municipal 572. Era a estrada que desde tempos imemoriais fazia a ligação entre as localidades das Pedreiras e da Maçã. Era uma das principais vias municipais há 15 ou 20 anos.-----

----- A variante continuava no plano de acessibilidades ao concelho, mas não se perspetivava que fosse construída nos próximos anos.-----

-----Concluiu dizendo que a CMS iria analisar a situação em conjunto com a Rua do Pocinho.-----

-----Respondendo ao Sr. Vítor Lérias disse que registara o conjunto de questões colocadas. A questão da pavimentação das vias já tinha sido levantada numa sessão da assembleia, há dois ou três meses atrás em Sesimbra. O município tinha o levantamento da estimativa de custos para a pavimentação dos arruamentos todos na zona da Maçã, que rondavam os 400.000 € sensivelmente. Alguns arruamentos já deviam estar pavimentados de acordo com o plano de pavimentações, alguns até há a 3 anos atrás. Claro que era sempre uma questão de prioridades. A CMS optava no orçamento que iria ser hoje debatido, pela

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

aquisição de uma máquina pavimentadora reconhecendo as dificuldades face aos empreiteiros e o estado das vias dentro das aldeias.-----

-----As vias da Quintola da Maçã estavam identificadas como prioritárias a pavimentar, mas não sabia se seriam já no primeiro semestre ou no segundo, se eram por via de empreitada cuja estimativa de custo era de 372.000 € mais IVA, ou se seriam com a nova viatura.-----

-----Sobre a limpeza dos ribeiros respondeu que não era uma competência do Município. Se fosse uma vala real era competência da ARH Alentejo, no entanto a CMS podia notificar ou dar a informação à ARH que notificaria os proprietários para fazerem a limpeza dos ribeiros porque eram partes confinantes das parcelas de terreno.-----

-----Sobre as outras questões tinham ficado registadas, sendo verdade que a CMS não conseguia chegar a todo o lado. Era uma realidade incontornável, mas iria tentar resolver o mais rapidamente possível.-----

-----Quanto às questões colocadas pelo Sr. Humberto David Fernandes relativamente ao processo de concessão da Cafeteria no Parque Augusto Pólvora, disse que a AMS tinha conhecimento do processo. Fora dado conhecimento até pela parte interessada, portanto não valia a pena fazer o histórico porque era conhecida a versão do Município e a versão da CMS, mas queria deixar tuas notas, sendo uma delas pessoal, e uma outra institucional.-----

-----A questão pessoal era porque imediatamente à reunião com os técnicos, que de certa forma dera alguma celeuma na relação entre o Município e a parte do Município, transmitira telefonicamente o que conseguira apurar ao Município, e não podia deixar de dizer que ficara aborrecido quando recebera o email no dia seguinte quando não tinha sido confrontado com aqueles problemas com os restantes técnicos. A reunião tinha terminado quer da sua parte enquanto principal responsável pelo Município, quer pela parte do município com a indicação de que as coisas seriam resolvidas.-----

-----A nota institucional era dizer que aquilo que enviara ao Município estava a ser analisado pela divisão de assuntos jurídicos e existiam duas questões, as questões que eram as acusações que teriam de ser avaliadas do ponto de vista jurídico, assim como a questão processual também estava a ser avaliada do ponto de vista jurídico. Não existia dúvida de que não existia assinatura de contrato, existiam dúvidas se efetivamente havia lugar à restituição da verba que fora entregue. Se o entendimento da CMS fosse de não restituição, os tribunais serviam para litigar aquelas situações.-----

-----Quanto à questão levantada pelo Sr. Luís Santos respondeu que a situação do aterro parecia um caso de polícia.-----

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- A CMS já fizera uma série de comunicados assim como a Junta de Freguesia do Castelo sobre esta matéria. O aterro era um licenciamento da CCDR que fizera uma alteração ao licenciamento em 2013, o qual a CMS só tivera conhecimento após as *démarches* que fizera resultante da insatisfação também devido ao incêndio de agosto de 2019. A informação que a CMS conseguira obter e que lhe foi transmitida recentemente era que tinha havido uma alteração à tipologia de resíduos que podiam ser depositados e a CMS recebera uma informação que chegara em novembro da CCDR, por parte de uma equipa técnica de que em junho de 2019, ainda antes do incêndio, a CCDR notificara a empresa Greenall Life para a revogação total da licença. Portanto o que estava a acontecer neste caso era um incumprimento por parte da empresa que nem sequer podia fazer qualquer tipo de depósito de resíduos fossem os duvidosos ou os efetivamente licenciados, e já devia ter um plano de selagem e reclassificação do aterro.-----

-----A CMS já comunicara por diversas ocasiões à CCDR, já comunicara com a inspeção-geral do ordenamento do território e à Secretaria de Estado à qual tinha sido pedida uma reunião sobre esta matéria. A questão era como a entidade licenciadora que naquele caso era a CCDR iria fazer, sendo que na sua opinião poderia ser através da via judicial porque não tinham cumprido uma decisão da CCDR e havia lugar a questões criminais, e a segunda teria de passar pela posse administrativa daquela área para que pudesse ser feita a respetiva selagem e reabilitação. A má notícia e era bom que as pessoas soubessem, porque era difícil até da parte da CMS expor a situação publicamente, era que na sequência dos relatórios de 2017 e 2018 que a CMS tivera conhecimento em novembro de 2019, e pela informação da CCDR de notificação, havia a certeza de que existiam resíduos contaminados. Não sabia qual era o nível de contaminação e de toxicidade mas sabia que tinha sido um dos motivos que levava à revogação total da licença da empresa tinha a ver efetivamente, com a existência de resíduos contaminados naquele aterro e aquilo era um caso de polícia porque a entidade CCDR tinha que fazer alguma coisa, e era um caso de polícia porque daquilo que a CMS conseguira apurar, porque não conseguira contactar a empresa, era que a mesma tinha duas acionistas por sua vez tinha uma empresa de gestão de participações como holding e que estava diretamente ligada com o aterro que vinha dando muita polémica na Azambuja, ou seja, eram relações entre empresas que estavam a ter problemas duvidosos, sendo que o aterro da Azambuja já se arrastava há 3 anos, e era isso que não se podia deixar que acontecesse em Sesimbra. ---

-----A CMS tinha uma reunião pedida com a Tutela, a IGAMAOT - Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território notificara a CMS ainda no decorrer da passada semana dando nota de uma nova insistência junta da CCDR para perceber quais eram as medidas a tomar

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

faça àquela continuidade de depósito de resíduos e não acatar a decisão da própria CCDR. A CMS ainda não recebera a resposta.-----

-----A CMS não tinha legitimidade nem autonomia para poder intervir naquele caso a não ser aquilo que vinha fazendo que era com alguma regularidade tirar também fotografias datadas justificando que existia e continuava a existir o depósito com os camiões através da fiscalização municipal para ir juntando ao processo e enviar para a IGAMAOT e para a CCDR.-----

-----Disse depois que uma estação televisiva fizera filmagens há mais de 15 dias e ainda não passara qualquer reportagem, o Município já enviara à comunicação social 3 notas de imprensa para de certa forma ter alguma exposição pública para alertar para o facto e retirando jornais regionais e locais não tinha sido divulgado nem dada expressão.-----

-----Ontem, por pressão também do próprio Município a Lusa entrara em contacto com ele e todos sabiam que era um excelente meio para difundir as matérias pelos órgãos de comunicação social, e soubera que o jornalista não conseguira o contacto da empresa, tinha alguns contactos, mas as respostas tinham sido muito núbias, e transmitira-lhe que até às 4:00 da tarde de ontem a notícia estaria cá fora, e o que era verdade era que a notícia ainda não saía.-----

-----Era completamente avesso às teorias de conspiração, mas parecia-lhe -me que existia algo errado naquela matéria.-----

-----Disse que os seus pais moravam perto da casa do Munícipe que entrevistara, e o odor persistia.-----

-----O odor existia deste o incêndio e era sentido sempre que havia humidade ou chuva. Não se podia dizer que o odor correspondia a resíduos tóxicos, mas desde o final de dezembro podia-se dizer claramente que estavam identificados essencialmente em 2 relatórios, a existência de resíduos contaminados naquele aterro.-----

-----Achava que a população particularmente a do Zambujal, com o apoio das autarquias e certamente de todos os elementos presentes devia ter uma ação mais forte.-----

-----Cedida ainda a palavra ao Cidadão Luís Santos este respondendo ao Presidente da CMS disse que bastava ver que ele era o único da localidade a falar sobre o assunto.-----

-----O **Deputado Paulo Caetano** após cumprimentar todos os presentes disse que concordava com a intervenção do Presidente da CMS no que respeitava ao aterro porque configurava um caso de polícia gravíssimo. O aterro só podia receber resíduos inertes e se era verdade que os camiões continuavam a depositar resíduos que não eram inertes, era um caso de polícia.-----

-----Pelas palavras do Presidente todas as démarches não vinham resultando pelo que perguntava se

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

existia a possibilidade de uma tomada de força, nomeadamente a vedação do acesso à pedreira nos caminhos ou estradas municipais como uma medida excecional de força extrema considerando que era uma situação gravíssima.-----

-----Interveio o **Deputado Sérgio Faias** que depois de cumprimentar todos os presentes disse que o seu Grupo Municipal não ficara esclarecido sobre a questão da Cafeteria do Parque Augusto Pólvora e que problemas teriam havido com funcionários, pelo que gostaria que o assunto fosse aprofundado porque pela resposta do Presidente da CMS ao cidadão não ficara claro. -----

-----Interveio depois o **Deputado Rui João** que após cumprimentar todos os presentes disse que o assunto do aterro também vinha preocupando o Grupo Municipal da CDU e transmitiu que o Partido Ecologista “Os Verdes” já levantara a questão na Assembleia da república e estava a aguardar a resposta da Tutela. Logo que rececionada seria dada conhecimento à CMS e à população, se necessário. -----

----- Tomando o uso da palavra o **Presidente da CMS** e respondendo ao Deputado Paulo Caetano, disse que a CMS não podia encerrar o acesso a uma propriedade que era privada e se o fizesse quem incorria em ato criminal era o presidente da CMS. -----

-----Disse que a CMS recebera emails, mensagens nas redes sociais, ofícios sobre a matéria, mas hoje na AMS só estava o Cidadão Luís Santos. Na penúltima reunião de CMS comparecera um conjunto de habitantes do Zambujal por causa da pavimentação de uma estrada, mas quando os vira pensara que lá estavam por causa da situação do aterro e ainda referira esse facto, e a resposta fora que isso nem chateava muito. O Município, ou melhor, os responsáveis da CMS com ele à cabeça, arriscavam, se fossem vedar o acesso à propriedade privada porque não o podiam fazer, mas se houvesse um conjunto de cidadãos que fossem para lá fazer um cordão, se fosse necessário a CMS colocaria os carros em solidariedade, e garantidamente os responsáveis estariam lá e ele também.-----

-----Quanto à questão colocada pelo Deputado Sérgio Faias disse que a questão colocada pelo Cidadão era sobre o seguimento da carta que enviara sobre o processo e isso respondera. O processo já era do conhecimento da AMS, no entanto era uma matéria que podia ser apreciada no âmbito da atividade municipal. -----

-----Terminado o Período Aberto às intervenções dos Cidadãos o **Presidente da AMS** declarou aberto o “Período da Ordem do Dia” com o ponto “Grandes Opções do Plano (PPI E AMR’S) e Orçamento’2020 – Mapa de Pessoal”. Informou que no passado dia 17 de dezembro se tinha realizado a reunião conjunta de todas as Comissões com a presença do Presidente da CMS, dos Vereadores José Polido e Sérgio Marcelino que se fizeram acompanhar do Diretor do Departamento de Administração e Finanças, Dr. Anibal

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Sardinha, e pela Chefe de Divisão Financeira, Dra. Graça Candeias, para apreciação e esclarecimento de dúvidas de vários assuntos que também seriam apreciados e votados no decorrer da sessão, nomeadamente o assunto que estava agora em debate.-----

-----Cedido o uso da palavra **ao Presidente da CMS** este iniciou por referir que optara por fazer uma apresentação sintetizada através de um documento em *power point*.-----

-----Disse que o orçamento para o próximo ano estava dentro daquele período temporal onde a CMS iria ter necessidade de alguma gestão rigorosa face ao volume de investimentos concentrados num curto espaço temporal em virtude das candidaturas do Lisboa 2020, de um conjunto de contratos e acordos com a administração central de um conjunto significativo de equipamentos, e a necessidade que a CMS tinha do ponto de vista daquilo que era a melhoria e o reforço dos serviços prestados pela Câmara Municipal nomeadamente em matéria do espaço público, limpeza e higiene urbana.-----

-----O orçamento 2020 tinha cerca de um milhão e cem mil euros a mais do que o orçamento anterior, que correspondia à comparticipação de fundos comunitários e de projetos cofinanciados no âmbito daquilo que eram as receitas de capital.-----

-----Apresentou depois um gráfico com os orçamentos previsionais do município desde 2014.-----

-----O de 2014 elaborado em 2013 ainda não era elaborado segundo as regras da nova lei das finanças locais e podia-se verificar um crescimento regular ao longo dos anos.-----

-----No orçamento da receita para 2020, dos cerca de 56 milhões, 49 milhões correspondiam a receita corrente e 7 milhões a receita de capital. Mostrou um gráfico onde se via a diferença relativamente a 2019, nas receitas correntes havia uma diminuição de cerca de 20 mil euros e havia um aumento na receita de capital de 1,2 milhões de euros que tinha a ver com o financiamento e o adensar da execução dos projetos cofinanciados e obviamente o investimento no terreno.-----

-----Também havia uma estabilização de 2019 e 2020 daquilo que era a receita corrente, e a receita de capital a crescer ao longo dos últimos 3 anos e a receita total sobretudo com o impacto das receitas correntes.-----

----- Quanto à transferência de receita de capital também exibiu um gráfico destacando as comparticipações provenientes quer dos fundos comunitários quer dos projetos com o acordo quer do Ministério da Saúde quer com o Ministério da Educação que representavam um aumento mais significativo.-----

-----Relativamente à venda de bens e serviços correntes havia um ligeiro aumento que estaria na casa dos 0,3% e uma diminuição em Taxas, Multas e outras penalidades com um valor residual. Nos impostos

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

diretos uma ligeira diminuição face ao ano de 2019 que tinha a ver com o acerto que a CMS estimava com a receita de 2019.-----

-----Na despesa corrente estavam 37 milhões e um grande volume de despesa de capital que chegava quase a atingir 19 milhões que era quase um recorde dos orçamentos e dos documentos previsionais do município de Sesimbra.-----

----- Com um gráfico comparativo entre 2019 e 2020, a despesa de capital a atingir os 18 milhões, mais 1,2 milhões do que em 2019, e a despesa corrente a manter-se ao nível do ano anterior sem aumento naquela mesma área independentemente de existir uma alteração na despesa corrente entre várias rubricas, nomeadamente a rubrica 01 e 02 (despesas com pessoal e aquisição de serviço). -----

----- Exibiu depois um gráfico também comparativo entre 2015 e 2020 daquilo que vinha sendo a estrutura de despesa do município quer de despesa de capital quer da corrente face à despesa total, e via-se claramente que em 3 anos não existia uma grande oscilação, estando estável e estabilizada naquilo que a estrutura da despesa da Câmara Municipal. Apenas em três rubricas essencialmente, despesas com pessoal que na rubrica 01 subiam, mas também se verificava uma descida proporcional na rubrica 02 aquisição de bens e serviços que era facilmente explicado por durante um período, nomeadamente em 2016, existir uma restrição à contratação de pessoal que levava o município para dar resposta a necessidades a optar pela aquisição de Serviços e que nos últimos anos se vinha otimizando e reposto a capacidade do Município em termos de resposta o que levava a um aumento da despesa com pessoal mas também porque felizmente se verificara a atualização salarial, para além da opção gestonária e reposição dos rendimentos. Mas notava-se proporcionalmente um número muito idêntico àquilo que era a redução nas aquisições de serviço.-----

-----Nas despesas de capital verificava-se o ligeiro aumento que era o pico e que se iria prolongar também em 2021 e 2022, independentemente de quem estivesse na gestão do Município.-----

-----Apresentou depois um gráfico que representava o grau de cobertura das receitas correntes face às despesas correntes que neste momento se mantinham nos 131%, igual ao ano anterior o que permitia alavancar uma maior disponibilidade para o investimento.-----

-----Mostrou depois um gráfico com as rubricas do POCAL das GOP's que estava proporcional e mostrava a educação ao nível das GOP's consumia um valor substancial, a água e habitação social também com um valor relevante, e depois todos os outros proporcionalmente àquilo que eram as despesas. Também se via a oscilação entre as rubricas nos últimos 4 anos 2017, 2018, 2019 e 2020 com um crescimento exponencial ao nível de educação ao longo dos últimos 4 anos e se viesse a

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

descentralização na área da educação subiria para 3 vezes mais. -----

-----Disse que 2020 tinha um aumento substancial na educação o que não era indissociável da construção de 2 escolas, da Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho e a ampliação da Escola Básica do Conde 2. -----

-----No âmbito da cultura estavam inseridos investimentos na área de património, a Capela de São Sebastião, a reabilitação do Cabo Espichel quer no Aqueduto quer no estacionamento, na área da saúde estava incluída a construção da nova unidade de saúde de Sesimbra, na habitação Social estava inserido o Bloco da Mata. Notava-se uma redução daquilo que era habitualmente encargos na área do saneamento, mas era expectável porque tinha havido grande enfoque nos últimos 2 anos quer de execução quer financeiro no fecho do subsistema da freguesia do Castelo que de momento estava praticamente terminado e os valores eram residuais. -----

-----Verificava-se aumento no setor da água e recursos hídricos que era uma aposta da CMS que não estava considerado há 4 anos fazer este investimento. Não era o que mais pesava, mas também era verdade que continha atrasos empreitadas e investimentos quer nas repavimentações quer dos passeios ao abrigo do PAMUS porque obrigara à reformulação de projetos para incluir as redes de águas e optara-se por substituir todas as condutas naquelas intervenções. -----

----- Também incluía rubricas do próprio orçamento que não sendo as opções do plano, pelo seu valor eram representativas, como o quadro da mobilidade e particularmente naquilo que era participação do Município no programa de apoio à redução tarifária e o novo concurso de transportes para a Área Metropolitana de Lisboa, porque representavam um peso de um milhão de euros por ano, 990.000 € durante 7 anos, que não vinha nas GOP's mas era um peso que o município tinha, e a CMS dividira por áreas por forma a que também fosse mais explícito porque as outras eram rubricas das GOP's, do plano oficial de contas das autarquias locais e estas eram efetivamente por áreas de atuação. -----

-----Na educação destacava a verba que rondava os 2 milhões de euros, no âmbito do PPI e das Ações mais relevantes, particularmente com o grande peso da construção da nova Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho, fase 1, e ampliação da Escola Básica do Conde 2 que se encontrava em construção e se tudo corresse bem estaria disponível para a abertura do ano letivo 2020/2021 com mais 8 salas, 6 do 1º ciclo e duas salas do pré-escolar. A nova Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho que se estimava se pudesse iniciar no primeiro trimestre de 2020 sendo que neste momento a CMS estava a aguardar do ministério da educação e do ministério das finanças uma nova portaria de extensão de encargos face áquilo que era hoje a estimativa dos encargos de construção da Escola. O Tribunal de

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Contas exigia a apresentação dessa portaria que já fora solicitada até previamente e estava a aguardar que chegasse.-----

-----Quando a CMS voltasse a enviar novamente o processo para o Tribunal de Contas iniciar-se-ia novo prazo para decisão.-----

-----Na área da cultura e património estava prevista a verba de 1,8 milhões de euros, portanto também significativa particularmente com as três ações: reabilitação da zona envolvente ao nível do Santuário do Cabo Espichel, a reconstrução da Capela de São Sebastião e a construção do novo Auditório na Quinta do Conde que aparecia com um valor residual porque ainda não havia a certeza se a obra se iniciaria no segundo semestre ou mais para o final do ano.-----

-----A Capela de São Sebastião estava em concurso público neste momento e era expectável que até ao terceiro trimestre de 2020 já estivesse em construção. A requalificação do estacionamento das zonas exteriores já estavam em construção e o aqueduto do Cabo Espichel iniciar-se-ia já nos próximos dias.---

-----O novo Auditório na Quinta do Conde a CMS estava a finalizar o projeto execução e a informação que tinha da equipa projetista era que estaria pronto para lançamento do concurso até ao final do primeiro trimestre do ano 2020.-----

----- No desporto e juventude para além do grosso que era o apoio ao movimento associativo que consumia cerca de 50% deste um milhão de euros que estava consignado àquelas 2 áreas destacou a abertura de um espaço para a Juventude no Parque Augusto Pólvora que estava em fase final de acabamento, portanto também era expectável que se abrisse no primeiro trimestre, no final de janeiro. Era uma obra que fora feita por administração direta com o recurso aos técnicos e funcionários da câmara municipal de Sesimbra.-----

-----Na habitação e ação social estavam previstos 2,5 milhões de euros particularmente com um grande enfoque no edifício de habitação social no Bloco da Mata. Como já informara a Assembleia Municipal tinha havido um revés porque o concurso ficara deserto e a CMS tivera que anular o concurso e abrir recentemente o novo procedimento concursal e iria levar mais 6 meses garantidamente até à sua conclusão, com uma revisão de preços que passara de cerca de 1,9 para 2,2 milhões de euros, portanto mais 200 e poucos euros e iria esperar que aparecessem concorrentes.-----

-----Esta também era uma obra com financiamento de 400 mil euros sobre os 2,2 milhões que estavam neste momento estimados. Esta intervenção era complementada também com outras duas de menor dimensão que era a reabilitação do Largo 2 de Abril e requalificação da Mata da Vila Amália, quer a nascente quer a poente do edifício de habitação municipal.-----

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Na área da saúde estava em concurso público neste momento e terminava a 10 de janeiro a base de apresentação de propostas da nova Unidade de Saúde de Sesimbra. Era um investimento de 2,3 milhões de euros dos quais cerca de um milhão de euros eram para 2020, sendo expectável que se pudesse iniciar ainda no primeiro semestre de 2020.-----

-----No saneamento e resíduos 1,6 milhões de euros onde estava o fecho do sistema de saneamento, mas destacava o início do projeto de recolha porta-a-porta que já se iniciara na Quinta do Conde, Fontainhas, Courelas da Brava e Casal do Sapo em conjunto com a Amarsul e que se pretendia aumentar com o conceito de bio resíduos, estando a CMS a preparar uma candidatura ao Lisboa 2020. Destacou também o projeto de sensibilização quer no âmbito da fiscalização, quer até com o investimento da Amarsul também por candidatura de reforço de ecopontos em todo o concelho. A recolha porta-a-porta iniciara-se já este ano e iria continuar ao longo do próximo ano.-----

-----Na defesa animal estavam consignados para além daquilo que eram as áreas de esterilização, de vacinação e campanhas de adoção, o grande enfoque e por isso é que ali estavam 400000 € para a construção do novo Centro de recolha oficial que estava em construção e estimava-se que ficasse concluído em 2020.-----

----- No turismo e grandes eventos com 0,7 milhões de euros, onde constava a estação náutica para a qual o território do Município fora certificado em novembro e obrigava a um esforço de concertação com todos os parceiros publico ou privados no quadro de criação daquilo que era o valor face às condições endógenas do próprio concelho, naquela área, mas também uma aposta sobretudo nestes eventos com alguma priorização, face a outros, para garantir a sua vertente turística que ficaria para além daquilo que seria a sua tradição no Concelho de Sesimbra. A revitalização da Festa das Chagas e também a Feira Festa que no próximo ano teria uma nova roupagem com uma participação até mais persistente por parte do Município.-----

----- Na água e recursos hídricos, também com uma candidatura a decorrer de 2,7 milhões, com um grande reforço naquela área e como já referira anteriormente em todas as intervenções de novas pavimentações e de criação de passeios, era feita a substituição de condutas. Era uma verba brutal que se gastava sem visibilidade para as populações e por vezes aborrecida porque os trabalhos demoravam muito mais tempo, mas vinha sendo uma aposta que teria reflexos no futuro garantidamente, e também a telemetria que a CMS estava a instalar em todo o circuito que iria permitir uma maior eficiência nos próximos anos no subsistema de captação adução e distribuição de água.-----

-----A intervenção que estava a acontecer na ligação entre o Zambujal e a Corredoura atrasou o

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

PAMUS porque estava prevista a criação de um passeio pedonal cuja obra já estava adjudicada, porque fora colocada a conduta da água.-----

----- Na área da Proteção Civil ressaltava para além do reforço de intervenção até com novas viaturas, a implementação no ano de 2020, do Sistema de videovigilância no Parque Natural da Arrábida que era uma parceria do município de Sesimbra, Palmela, e da própria Área Metropolitana de Lisboa. ---

----- Nos equipamentos e atividades económicas constavam 4 milhões de euros tendo destacado aquilo vinha sendo a implementação de projetos de interesse municipal com acompanhamento por parte dos próprios serviços quer na área do Gabinete de Apoio ao Empresário, quer da unidade técnica de apoio aos projetos de interesse Municipal. A valorização dos produtos regionais e locais, feiras e mercados muito em parceria com as juntas de freguesia, e também um programa de valorização que se pretendia implementar em 2020, dos próprios mercados locais, sendo que não estava previsto em 2020 o mercado da Lagoa de Albufeira, mas não dizer que não viesse a acontecer. Estava prevista a intervenção no mercado da Quinta do Conde e melhorias no Mercado de Sesimbra.-----

-----Nos espaços públicos, acessibilidades e mobilidade estava prevista a verba de 3,9 milhões de euros já com a participação na operação de transportes rodoviários no programa de apoio à redução tarifária. O concurso para o novo contrato de transportes públicos Rodoviário de passageiros ia ser lançado em janeiro de 2020 pela EMEL. Os custos de 7 anos seriam de 7 milhões de euros. O Estado não financiava o concurso, mas ele seria feito pelos Municípios e pelo sistema tarifário que representavam a operação dos transportes. Já fora criada pelos 17 municípios porque Cascais tinha uma operação própria, a empresa metropolitana de transportes de Lisboa que seria a empresa que iria gerir a operação. A marca da transportadora seria a Carris Metropolitana, portanto em 2021 porque existia um período de transição de 9 meses no concurso, os autocarros passariam a ser amarelos em toda a área metropolitana de Lisboa, com o nome de Carris Metropolitana.-----

----- O programa de concurso onde estavam incluídas as redes, as frequências, e o valor viatura / quilometro / ano, só estavam no conhecimento dos 18 presidentes de câmara da AML. Era um processo onde iria existir litigância. Estava a falar de 7 mil milhões de euros. Tinha havido um período de grande maturidade para aquilo que fora a preparação do caderno de encargos do concurso. No Concelho de Sesimbra a média de aumento de oferta de frequência na AML seria de 40% face ao existente hoje, de com alterações circuitos, o caso do concelho de Sesimbra seria de 56 %.-----

-----Os circuitos que estavam definidos no programa tinham sido estudados, quer por via do operador daquilo que era a mobilidade de transportes individuais e também dando cumprimento àquilo que vinha

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

no regime jurídico de transportes coletivos públicos de que tinham que existir ligações entre lugares com x habitantes, ligações entre sedes dos municípios. Em Sesimbra existia um aumento de 56% mas queria dizer que os circuitos podiam não ser perfeitos, tinham sido calculados em função daqueles critérios. A empresa que fizera o trabalho para todos os Municípios fora a W2G (Way2Go Consultores Associados). Ia haver para cada Município 5% de intervalo de utilização que estava no programa de concurso para uma majoração de oferta se assim o entendesse, tudo o que passasse os 56% no caso de Sesimbra, mais os 5% que tinha de intervalo, seria pago ao Operador em função do valor que fosse contratualizado. Sesimbra estava no lote 3. Seriam 4 lotes. O lote 3 seria Sesimbra, Seixal e Almada. Os lotes tinham valores diferentes porque tinham frequências diferentes e dimensões diferentes, mas o que ficava claro era que dentro de cada um dos municípios, o valor viatura / quilómetro / ano era de uma gestão municipal. -----

----- Deu em seguida o exemplo, com a reserva pedida para a operação, se houvesse uma carreira da Quinta do Conde para Sesimbra que hoje tinha duas frequências passasse a 12, e se verificasse que não havia necessidade de 12 e passar a 8, a CMS poderia usar o valor viatura / quilómetro / ano de redução daquela carreira e meter por exemplo numa carreira às 4 da manhã do Cabo Espichel para Sesimbra. ---

-----Dentro dos circuitos municipais estritamente municipais, era uma decisão do Município se colocava mais carreiras urbanas, mais carreiras entre a Lagoa de Albufeira e a Estação de Coina, ou mais entre a Lagoa de Albufeira e Sesimbra. Nas carreiras supramunicipais teriam de existir entendimentos com os Municípios confinantes. -----

-----Prosseguiu a intervenção referindo a área das pavimentações. A CMS só de repavimentações e novas pavimentações tinha identificado o montante que ultrapassava os 3 milhões de euros. A CMS conseguia por ano fazer uma média de 400 a 500 mil euros de pavimentações. Só as da Quintola da Maçã estavam contabilizados, como estimativa de custos, 370 mil, daí a opção de neste ano adquirir uma pavimentadora para alguns troços e não grandes estradas municipais. -----

-----Quanto à construção dos novos troços da rede suave de mobilidade e pedonal, PAMUS, o Presidente da CMS informou que continuaria e seriam quase 4 milhões de euros. A Cotovia Sampaio era uma empreitada que já estava adjudicada e também estava à espera de entrada de água que começara na parte da ligação entre Santana Sampaio e Santana no sentido descendente. Estava prevista nesta intervenção a criação de uma rotunda na meia rotunda da Cotovia. -----

-----A ligação Maçã-Santana estava a ser feita em troços, de momento estava a passar no troço junto à Moagem, tendo havido necessidade de negociar com proprietários porque tinha havido necessidade de derrubar uns muros que não estavam previstos. -----

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A ligação Alfarim-Caixas estava praticamente terminada e só havia aqui uma nuance por as Infraestruturas de Portugal não permitirem colocar os pinos metálicos que a CMS vinha colocando ao longo das intervenções. A solução, na sua opinião era pior e era mais cara que eram as guardas metálicas que eram os corrimões que se colocava antigamente para criar as zonas de passeio. -----

-----A ligação Almoinha-Santana estava praticamente terminada, a do Zambujal-Corredoura iniciar-se-ia a seguir à colocação da nova conduta de água, a da Azóia-Aldeia Nova também estava a terminar, em Sesimbra estava praticamente terminado e faltava a Quinta do Conde que era o HUB10 que era a intervenção de maior volume naquela matéria que apanhava praticamente toda a zona frontal da Quinta do Conde entre as fronteiras do Município de Setúbal e do Barreiro. -----

-----Na iluminação e eficiência energética existiam duas grandes apostas quer a permanente substituição das luminárias de iluminação pública para a nova tecnologia LED, e também a eficiência energética nos novos edifícios municipais. -----

----- No ambiente, sustentabilidade e paisagismo estava a verba de 600.000 € onde para além do reforço de arborização e espaços verdes do Concelho, estava prevista a implementação, que não dependia só da CMS que estava à espera do protocolo de cogestão do ICNF, da criação da área protegida local da Lagoa de Albufeira que ia desde a Lagoa pequena e do espaço interpretativo até praticamente à mata da Amieira, e também o corredouro ecológico da Quinta do Conde, para além daquilo que a CMS se estava a comprometer quer no âmbito da Área Metropolitana, quer no âmbito do Pacto de Autarcas para o Clima e Energia com a estratégia associada àquelas duas medidas. -----

-----Finalmente, instalações e meio, que era a estrutura própria da Câmara Municipal, tinha dois grandes investimentos para além do material circulante que eram viaturas e máquinas, a construção do novo Posto de abastecimento de combustíveis que estava neste momento em curso, e a abertura do novo Parque Operacional na Quinta do Conde junto à ETAR da SIMARSUL que se previa que pudesse acontecer também no mês de janeiro de 2020. Para além disso a implementação do BUS telefónico e o BUS digital e a implementação de um Plano Municipal digital mais abrangente da criação de um Centro Único de Operações que seria o primeiro passo para isso. A ampliação do horário do BUS que iria ser já a partir do início de 2020 e a implementação do BUS Telefónico e BUS digital que iria decorrer ao longo do ano de 2020. -----

-----Apresentando por fim um gráfico, o Presidente da CMS disse que correspondia à escala da dimensão daquilo que eram as grandes áreas, a Educação a consumir um valor substancial das GOP's e orçamento, o espaço público acessibilidade e mobilidade com 3.9, e depois todas as outras. -----

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse que estas rubricas eram muito voláteis em função daquilo que eram os investimentos que estavam previstos em cada um dos anos. -----

----- Finalmente quis deixar a nota e respondendo à questão colocada pelo Deputado João Rodrigues na reunião das comissões, disse que se a estrutura da receita se mantivesse estável como estava até agora não seria necessário recorrer a empréstimo face ao volume de obras e investimentos, mas podia vir a acontecer algumas novidades, uma delas tinha a ver com o novo Tribunal de Sesimbra. A CMS não era a dona da obra, iria ser a Entidade Fiscalizadora, e estava neste momento à espera da portaria de extensão de encargos plurianuais por parte do Ministério da Justiça e do Ministério das Finanças para o lançamento do procedimento concursal, sabendo que estava a encargo da CMS um custo de cerca de meio milhão de euros já estimado, nos arranjos exteriores que a CMS optara por não colocar nas GOP's com aquela dimensão porque estava pendente do avanço ou não do novo tribunal. -----

-----Disse depois que a ARS LVT se candidatara no passado dia 14 de novembro à construção de uma nova unidade de saúde da Quinta do Conde ao Lisboa 2020, com cerca de 1 milhão de euros de construção, sendo que o Município de Sesimbra teria a construção, quase em simultâneo, de duas unidades de saúde, a de Sesimbra que a CMS negociara, e esta que seria feita exclusivamente com fundos comunitários e orçamento próprio da ARS. Era claro que tinha havido uma pressão da CMS e o reconhecimento da ARS que, face àquilo que era o investimento que o município de Sesimbra iria ter na construção de unidade de saúde de Sesimbra em função daquilo que era o financiamento da ARS, de 2,3 milhões, e o Ministério da Saúde comparticipava com 1 milhão, e tinha existido alguma sensibilidade e um esforço conjunto entre a Tutela e a CMS, sendo que a CMS estava a aguardar e a expectativa era boa, para que viesse a ser aprovado já no início de Janeiro a construção da nova unidade de saúde na Quinta do Conde no mesmo sítio onde existia e utilizando a totalidade dos lotes onde estava o antigo Centro de Saúde, os arranjos exteriores e o parque que lá existia. -----

----- Quanto ao novo edifício municipal no parque do terminal de estacionamento, o projeto estava em fase de conclusão. Esta era uma operação mais sensível que podia ter reflexos no início do primeiro trimestre do próximo ano. -----

----- A reabilitação do Santuário do Cabo estava dependente de lançamento do concurso do Programa REVIVE, faltando limar algumas arestas com a Confraria relativamente àquilo que era o contrato do direito de superfície e aquilo que estavam a exigir que achava que era complicado e complexo por parte de qualquer concorrente. Todos esperavam que houvesse um concorrente ao REVIVE mas existia um compromisso da parte da CMS de levar todas as infraestruturas até ao Cabo Espichel, e se já existia água

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

e a rede elétrica, faltavam os esgotos. Não existia entendimento entre a CMS, a APA e o ICNF para a colocação de uma ETAR compacta na zona do Cabo Espichel, o que significava que a CMS teria de levar a rede toda até ao Cabo. Estava a falar num investimento estimado em 400 a meio milhão de euros. Portanto o investimento aparecia no gráfico porque podia haver a necessidade da CMS poder lançar algum procedimento no próximo ano e não sabia se com recursos próprios ou com recurso a algum empréstimo.-----

----- Também vinha nos documentos aquilo que era a perspetiva de dívida de médio e longo prazo no final do ano de 2020, de 12 milhões de euros que era perfeitamente sustentável e das mais baixas dos últimos anos. O Município de Sesimbra neste momento tinha a capacidade de endividamento na ordem dos 64 milhões de euros, o que era muito bom, para resposta a qualquer eventualidade que pudesse surgir, até poderia ser o novo edifício municipal. Desses 64 podia utilizar 20% por ano face à Lei das Finanças Locais, que seria na ordem dos 10 milhões de euros. O prazo médio de pagamentos registado na última ficha da DGAL era de 26 dias a todos os fornecedores.-----

----- Concluída a apresentação do Presidente da CMS, **a Presidente da AMS** abriu o período de intervenções por parte dos Deputados Municipais tendo usado da palavra o **Deputado João Pólvora** que após cumprimentar todos os presentes disse querer colocar três questões porque tinha tido dificuldade em descortinar nos documentos e também na apresentação do Presidente da CMS.-----

-----A sua primeira questão tinha a ver com o tema que já por várias vezes referira e tinha a ver com o desenvolvimento económico do concelho. Os residentes na Área Metropolitana de Lisboa eram uns e os residentes no Concelho de Sesimbra eram manifestamente inferiores. Não tinha acesso a dados e não sabia se o Executivo tinha, mas existia uma grande parte da população do concelho de Sesimbra que não encontrava trabalho no Concelho e tinha que se deslocar para outros Concelhos, pelo que pedia ao Executivo que procurasse indicar as medidas que tinha para combater os rendimentos baixos que existiam no nosso concelho e para combater esta realidade que abrangia um enorme número de residentes que tinham que se deslocar para fora do seu concelho e fazer longas viagens todos os dias, daí que perguntasse quais as medidas que tinha o executivo para desenvolver o concelho em termos económicos.-----

-----Outra questão tinha a ver com a digitalização da democracia que era um tema que também já tivera a oportunidade de trazer à AMS e que se prendia com o facto de não conseguir descortinar verbas recursos para, por exemplo, a transmissão online das reuniões de câmara, das reuniões das juntas de freguesia ou das sessões da assembleia municipal, o que na sua opinião, seria importante evoluir naquele

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

campo. Não conseguira descortinar nos documentos verba para esse efeito e gostaria de ser esclarecido. -----Na apresentação e nos documentos também era referido a questão dos grandes eventos em Sesimbra, o Carnaval e a passagem de ano, sendo público e notório que estes eventos tinham uma pegada ecológica enorme daí que quisesse perceber se a Autarquia tinha algum tipo de ação ou aplicação de recursos para procurar reduzir a pegada ecológica desses eventos à priori e depois também à posteriori em áreas manifestamente sensíveis como por exemplo a praia. -----

-----Tomou do uso da palavra a **Deputada Andredina Cardoso** que cumprimentou todos os presentes e disse que a área da Saúde era extremamente importante e dependia também de outras áreas, desde a condição económica, o trabalho, o capital social e o ambiente. A Deputada disse também que tinha sido apresentado o Plano Local de Saúde este mês e perguntou até que ponto é que este Orçamento refletia aquilo que eram as necessidades no Plano Local em cuja apresentação a Câmara havia participado.-----

-----**A Presidente da AMS** informou que esta matéria havia merecido esclarecimentos por parte do Presidente da CMS, dos Vereadores Sérgio Marcelino e José Polido, bem como dos Drs. Aníbal Sardinha e Graça Candeias, numa reunião conjunta de todas as comissões que se tinha realizado nesta semana. Os esclarecimentos prestados estavam explícitos na ata dessa reunião, que, entretanto, já tinha sido divulgada junto de todos os deputados. -----

-----Interveio em seguida o **Deputado João Valente**, que começou por cumprimentar todos os presentes e saudar a Associação de Cultura e Recreio União Trabalhadora Zambujalense (ACRUTZ) pela sua data de fundação já bastante “madura”, e pela sua missão na área do desporto e promoção da atividade física, bem como pela sua função na área cultural. -----

-----De seguida, disse que a Bancada da CDU tinha analisado a proposta apresentada pelo executivo, e no que dizia respeito à receita, verificou que a Autarquia continuava a defender a obtenção de receita própria, já que as verbas transferidas pela Administração Central continuavam muito aquém. Neste orçamento, as verbas transferidas pela Administração Central representavam apenas 11% do montante total de toda a receita apresentada. Acrescentou que, mais uma vez a Lei das Finanças Locais se mostrava muito desigual entre as Autarquias do País. Disse também que a distribuição integral tinha deixado de ser feita em 2013, mas o estranho era que desde então que as transferências do Orçamento de Estado continuavam abaixo do previsto pela Lei. Disse também que era urgente haver uma lei transparente e critérios de distribuição do Orçamento de Estado, e que os mesmos deviam de ser comunicados atempadamente, pois como era indicado pela Associação Nacional de Municípios, uma descentralização mal realizada podia desequilibrar todo o orçamento de um município. -----

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O Deputado referiu que o Município de Sesimbra estava entre os 10 Municípios que menos dependia das transferências da Administração Central e que também que havia verificado na proposta que o valor do orçamento era superior ao do ano anterior em cerca de 1,5 milhões de euros, e também que estava previsto um crescimento realista das receitas correntes. -----

-----Também nas despesas correntes tinha sido possível verificar que no âmbito da rubrica do “Pessoal” havia um grande enfoque. Tratava-se de um aumento de mais de 23 milhões de euros que se expressava relativamente ao posicionamento gradual remuneratório e ao aumento de salários.-----

-----Disse ainda que havia verificado o desagravamento da dívida global da Autarquia, como por exemplo da dívida a médio-longo prazo, que tinha uma redução de cerca de 12 milhões de euros, e a de curto prazo de cerca de 1,7 milhões de euros. -----

-----Concluiu dizendo que o Grupo Municipal da CDU iria votar favoravelmente esta proposta. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Deputado João Rodrigues** que após cumprimentar todos os presentes, agradeceu os gráficos apresentados pelo Presidente da CMS sobre os elementos do orçamento, pois mereciam respeito.-----

-----Em relação à posição do MSU relativamente, à proposta apresentada, disse que iriam votar e apresentar a respetiva declaração de voto. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Paulo Caetano** que começou por chamar a atenção à enorme dificuldade em analisar-se estes documentos. O Deputado fez referência à rubrica da Proteção Civil em que maioritariamente, a verba alocada era para os Bombeiros, e havia ainda uma rubrica de outras atividades onde destacou uma linha de campanhas de ação e sensibilização de apenas 100 euros para manter esta linha aberta. Disse que lhe causava alguma preocupação que não houvesse uma verdadeira aposta do município em financiar campanhas de ação de sensibilização, pois isto significava que não iria ser feito nada. Referiu que continuava a ver um território, não só por tudo aquilo que estava a ser falado atualmente sobre problemas relacionados com a proteção civil, alterações climáticas e eventos extremos tal como já se conhecia antes e que, aparentemente, continuava-se, ano após ano, a confiar na sorte. ---

----- O Deputado fez referência a uma ação extra municipal com a colaboração do município realizada no final de maio na praia do Ribeiro do Cavalo, que poderia ter despoletado alguma iniciativa local, mas não havia nenhuma ação concreta em relação a estes assuntos. Disse ter ainda uma interrogação porque tomar todas estas opções relativamente às GOP`s, nomeadamente em relação ao Turismo, grandes eventos, ao edifício dos serviços municipais e o projeto para o estádio mais o edifício mais a avenida e ano após ano haver estas opções e não estar sustentado num plano condutor que pudesse dar um

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

enquadramento, ou seja, houvera discussão de um Plano estratégico de Turismo numa sessão em que o Executivo era da opinião em que não se justificava sequer atualizar este Plano e disse ainda que o último Plano que tinha visto sobre questões ambientais e que referia explicitamente a carga urbanística na Vila de Sesimbra e a contenção que deveria ser assumida em relação à mesma tinha sido feito há quase 20 anos e estava “na gaveta” praticamente desde que tinha sido elaborado o Plano Municipal do Ambiente. Referiu ter havido um Pelouro para um Vereador que teria como incumbência desenvolver uma Agenda 21 Local. -----

-----O Deputado questionou como é que era possível, ano após ano, elaborar estas Grandes Opções sem um Plano Diretor Municipal porque o atual era do início dos anos 90 e toda a sua filosofia estava mais que ultrapassada e continuava-se sem nenhuma definição em relação a isso e disse ainda que sentiria enormes dificuldades se tivesse de participar na equipa responsável por elaborar estas GOP's porque sentiria a sensação de não haver uma linha orientadora. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que cumprimentou todos os presentes e começou por dizer que seria fácil para o PSD ter uma posição demagógica, mas não iria ser essa a sua postura. Disse que a postura desta força política havia sido ao longo dos anos, sempre construtiva e disse que o orçamento hoje apresentado era equilibrado e ambicioso. Referiu que tinha investimento privado, investimento em parceria com o Estado Português, que já deveria ter sido executado, mas ainda não o tinha sido. Disse que este orçamento contemplava uma redução de dívida, um equilíbrio de pagamento aos fornecedores, não visava aumentos de impostos e não tinha falta de sensibilidade nas áreas da Educação e Cultura. Tudo isto, em contraciclo com o orçamento agora anunciado pelo Governo com os atuais problemas no País. -----

-----O Deputado disse ainda que mais importantes do que verbas e valores que pudessem ser apresentados, aquilo que teria de ser realçado eram as verdadeiras Opções, às quais o PSD tinha dado os seus contributos, tanto na Câmara como na Assembleia Municipal e esse mesmos contributos tinham sido acolhidos pela maioria que governava a Câmara. Por este motivo, o PSD não via razão para ter outro sentido de voto que não aprovar este Orçamento. Salientou que quando apresentasse a sua declaração de voto, havia aspetos que seriam mencionados e que seriam acompanhados ao longo do ano. -----

-----Disse também que se era verdade que em princípio se teria o Tribunal, a ampliação e requalificação da Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho e o Centro de Saúde de Santiago, não era menos verdade que também era importante a Escola Secundária na Quinta do Conde, o quartel da GNR também na Quinta do Conde, o edifício para as grandes dependências da Cercizimbra que também

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

não avançavam, o edifício do Lar da 3ª idade do Centro Comunitário da Quinta do Conde. Disse que se tudo isto acontecesse num Governo do PSD, certamente que o Deputado não estaria hoje a ser crucificado, mas a ser bem apontado à sua pessoa. Referiu ficar estupefacto como é que as bancadas hoje presentes não faziam uma referência a esta falta de obras. O Deputado afirmou que enquanto estivesse nesta Assembleia, quer fosse um Governo do PSD, PS ou de quem quer que fosse, a sua voz levantar-se-ia sempre em defesa dos munícipes porque tinham sido eles a elegê-lo, assim como já havia dado provas que sempre havia lutado pela Escola Secundária da Quinta do Conde quando o Governo era PSD e só era pena que nos dias de hoje, as “comadres” se zangavam, as verdades sabiam-se mas depois passava tudo como se nada acontecesse neste Concelho. -----

-----Quanto ao orçamento, o Deputado disse que esperaria que fosse exequível e disse ainda ao Presidente da CMS que o PSD estaria sempre de acordo se a Autarquia precisasse de contrair algum empréstimo para fazer obras no Concelho. -----

-----Interveio em seguida o **Deputado Sérgio Faias**, que cumprimentou todos os presentes e, relativamente à intervenção do Município Humberto David, disse que era importante haver esclarecimentos porque tinha existido uma acusação, mas como na próxima sessão iria haver a apreciação da Atividade Municipal, com certeza que teriam a oportunidade de abordar essa questão.----

-----Quanto à questão sobre o Ribeiro do Cavalo, disse que estavam solidários e que haviam registado com apreço a questão do Grupo Parlamentar “Os Verdes”. Disse também que desde 2014 que o PS tinha vindo a fazer perguntas sobre essa matéria, e também já havia apresentado uma Moção sobre esse tema na Assembleia de Freguesia do Castelo. Acrescentou que estavam junto da população e do Concelho na defesa do interesse público.-----

-----Relativamente às GOP’S e ao Orçamento para o Município de Sesimbra, disse que os eleitos do PS e também os elementos do GM do PS, tinham feito algumas propostas para serem levadas ao abrigo do direito de oposição, nomeadamente 3 recomendações, que tinham sido aprovadas por unanimidade por aquela assembleia.-----

-----Explicou que a primeira Recomendação era referente à melhoria das condições da Rua Rio Guadiana na Freguesia da Quinta do Conde. A segunda estava relacionada com a relação do estacionamento na Lagoa de Albufeira, e a terceira dizia respeito à melhoria da iluminação pública na Avenida da Liberdade na Freguesia de Santiago. -----

-----Perguntou de que forma é que essas recomendações tinham sido incluídas nas GOPS e no Orçamento Municipal. -----

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----De seguida, mencionando um gráfico apresentado, referiu que a verba para 2020 do Planeamento Urbanístico tinha praticamente desaparecido, e perguntou porque é que havia uma redução tão acentuada relativamente ao ano de 2019.-----

-----Quanto aos Recursos Humanos, questionou quantas pessoas estavam previstas entrar a termo certo e a termo incerto. Perguntou também se nessas entradas estava a ser cumprido o que estava previsto o Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, relativamente às quotas impostas para pessoas com deficiência ou com incapacidade até 60%.-----

-----Referiu em seguida que a forma como os objetivos tinham sido apresentados não permitia uma comparação, já que agregavam rubricas que não vinham agregadas nos anos anteriores.-----

-----Relativamente ao saneamento e resíduos, disse que nos últimos dados recebidos tinha verificado que Sesimbra era o Concelho com maior taxa de separação de resíduos, e perguntou porque é que havia a necessidade de apostar na consciencialização se já eram o melhor Concelho.-----

-----Sobre a telegestão, relativamente à água e recursos hídricos, disse que gostava de perceber quantos seriam os pontos que iriam estar monitorizados por essa telegestão. Perguntou quantos seriam os pontos de entrega e o que é que se esperava como resultado após a implementação desses pontos. Perguntou também quais eram os níveis de perda atuais, se havia noção do que eram perdas comerciais e perdas físicas, e o que é que se esperava com a implementação da monitorização e telegestão.-----

-----Relativamente à mobilidade disse que tinham ficado muito satisfeitos com a explicação do Presidente no que dizia respeito a que o Lote 3 representaria um aumento em termos de quilómetros por passageiro na ordem dos 56% mais 5%, e que existiria depois a liberdade do município para imputar essa verba para diferentes circuitos. Perguntou com que critério é que iriam ser feitas as alocações dessas verbas, uma vez tinham proposto que fosse feito um estudo que permitisse perceber quais eram as diferentes necessidades de transporte público no município e a mesma não tinha sido aprovada pela AMS.-----

-----No que dizia respeito à eficiência energética e à iluminação pública, e tendo em conta no dia 1 de janeiro entraria em vigor a possibilidade de diferentes consumidores e produtores se poderem agregar em comunidades energéticas, perguntou se o Município de Sesimbra tinha a previsão de constituir alguma comunidade energética que tivesse em conta as diversas cargas e possibilidades de produção no contexto do conjunto de instalações que possuía.-----

-----Relativamente ao ambiente de sustentabilidade, disse que também viam com bons olhos o reforço da arborização de espaços verdes no Concelho. Questionou se isso incluía o Parque Augusto

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Pólvora e a área circundante ao mesmo, uma vez que no âmbito da implementação, quer do PAMUS quer da reordenação da zona exterior ao parque, tinham sido abatidos um conjunto de pinheiros que traziam um ensombramento tão necessário.-----

-----Por fim, perguntou qual era a previsão que o Município tinha, em termos de volume/investimento, para a limpeza das praias no ano de 2020.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado José Guerra** que cumprimentou todos os presentes e disse que estando de acordo com uma parte importante da proposta do Executivo e também do mesmo lado relativamente à descentralização proposta pelo Governo, o Bloco de Esquerda votaria contra por considerar várias rubricas que deveriam ser desenvolvidas e o Executivo não tinha levado em conta as propostas feitas na reunião de Direito de Oposição. O Deputado disse ainda que a questão do clima e ambiente, a prevenção sobre a subida do nível das águas do mar, a continuação de construção em zonas que poderiam ser atingidas eram nas rubricas da Ação Social e Desenvolvimento Económico.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado José Braga** que cumprimentou todos os presentes e disse que em relação ao orçamento e as GOP's para 2020, aquando da reunião conjunta das comissões com o Presidente da Câmara e os Vereadores, havia sido transmitido um conjunto de informações e esclarecimentos. Disse que após uma leitura e análise aos documentos, a bancada da CDU pretendia tecer algumas considerações sobre os mesmos e referiu que na nota introdutória ao orçamento para 2020, vinha referido que a CMS estaria perante um ciclo de grande volume estimado de investimentos, talvez o maior de sempre da sua história democrática, com particular incidência na concretização dos Projetos cofinanciados e compromissos com a Administração Central.-----

-----Disse ser verdade que se estava perante um grande volume de investimentos de obras com um enorme relevo e impacto, os quais pretendiam dar resposta às necessidades das populações contribuindo para o desenvolvimento do Concelho de Sesimbra e simultaneamente, da melhoria das condições de vida e do bem-estar da população e de quem nos visitava, tornando Sesimbra um Concelho com melhor qualidade de vida.-----

-----O Deputado fez questão de recordar que alguns destes investimentos, tais como o novo Centro de Saúde de Sesimbra e a ampliação e requalificação da Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho deveriam ser suportados, integralmente pelo Poder Central, que era quem tinha essa responsabilidade e obrigação mas tal não aconteceria porque a CMS iria compartilhar com alguns milhões de euros nestes equipamentos, incluindo o novo Tribunal, verbas essas que poderiam ser aplicadas em áreas que eram da responsabilidade do município. O Deputado referiu que os eleitos da CDU consideravam que este era um

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

orçamento exigente face ao elevado número de investimentos e de obras já anteriormente programadas, aprovadas e algumas já em fase de execução, o que requeria um grande rigor por parte do Executivo Municipal. Disse que tinha sido verificado que na rubrica das despesas correntes, a despesa com o pessoal teria um crescimento, o qual resultava fundamentalmente, do descongelamento das carreiras e posicionamento remuneratório, dos encargos com os novos recrutamentos, da aplicação da opção gestionária, da nova estrutura orgânica e da nova mobilidade entre carreiras e do previsível e miserável aumento de salários previsto para a função pública. -----

-----Disse que para o Grupo Municipal da CDU era perfeitamente compreensível este aumento da despesa com o pessoal em 2020. Salientou ainda o facto da dívida global da Autarquia no final de 2019 continuar a sua trajetória de redução e disse que a CDU valorizava gestão que o Executivo camarário tinha vindo a fazer nesta matéria, gestão esta que tinha contribuído para o atual equilíbrio, sustentabilidade e saúde financeira da Autarquia, o que permitia encarar o presente com algum otimismo porque relativamente ao futuro, alertava esta Assembleia Municipal que a boa saúde financeira da Autarquia estava em risco com a chamada descentralização de competências impostas pela Lei 50/2018 criada pelo Governo PS. Referiu que só nas áreas da Saúde, Educação, habitação, Cultura e Ação Social, a despesa a suportar pela Autarquia poderia aumentar em vários milhões de euros em equipamentos, meios humanos, materiais e patrimoniais porque o Governo não assegurava a transferência dos meios necessários para os municípios. Relativamente à intervenção do BE, o Deputado disse que era esperada esta posição.-----

-----Continuando a sua intervenção, o Deputado José Braga disse que nos últimos dois anos, aquando da discussão do orçamento e das GOP`s, os Grupos Municipais do PS e BE haviam utilizado os mais variados argumentos para justificar as suas opções e o seu sentido de voto contra e face a esta postura, a bancada da CDU questionou quais os motivos e razões que haviam levado estes grupos políticos a tomar a sua opção de voto. Perguntou se estariam contra a redução da dívida que se tinha vindo a verificar e permitira uma situação de equilíbrio, sustentabilidade e boa saúde financeira do município ou se estavam contra os vários investimentos e obras inscritas nas GOP`s, que tanto tinham contribuído para o desenvolvimento do Concelho de Sesimbra e para uma melhoria da qualidade de vida da sua população. Disse que sinceramente, não acreditavam que estes grupos políticos estivessem contra. Disse que a opinião da bancada era que a resposta a esta questão já tinha sido parcialmente respondida pelo PS e pelo BE quando na altura afirmaram que os referidos documentos não refletiam as propostas que constavam no seu programa eleitoral. A CDU considera que estes grupos políticos continuam a utilizar um

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

conjunto de argumentos com os quais tentam esconder uma das principais razões que era a questão político-ideológica que estava subjacente ao seu voto e que tinha a ver com o facto de se estar perante documentos elaborados pela gestão CDU da Câmara Municipal de Sesimbra. -----

-----Disse ainda que o PS e o BE tinham defendido que a CMS fizesse mais investimentos e obras, os quais não estavam contemplados nos referidos documentos de há 2 anos e perguntou se porventura este orçamento hoje em discussão contemplasse os ditos investimentos que estas forças políticas tinham vindo a defender, estes grupos votariam a favor. Disse haver dúvidas que tal viesse a acontecer porque dificilmente votariam a favor de orçamento e GOP`s de uma gestão CDU. Disse que esta posição da CDU estava sustentada nas posições dos sentidos de voto nas posições assumidas pelo PS e BE nos dois últimos anos e considerava haver a possibilidade de algum grupo político votar sempre contra o orçamento e GOP`s apresentadas pela CDU, independentemente dos conteúdos destes documentos, das suas propostas e dos benefícios que representavam para o progresso e desenvolvimento do Concelho e a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população. Disse que a bancada da CDU estava preparada para verificar o caderno de encargos que o PS e o BE iriam apresentar em termos de investimentos para o ano de 2020 nas GOP`s, tendo em conta, no passado mês de novembro, aquando da discussão do IMI, IRS e derrama, onde estes dois grupos políticos tiveram a coragem de apresentar propostas de redução de taxas destes impostos, significando uma redução de receitas para a CMS de cerca de 1.400.000€. Referiu que o PS não tinha sido tão ousado e passado este tempo, estava-se na expectativa se esse caderno de encargos agora, tal e qual como havia acontecido nos dois anos anteriores, haveria menos receita e aumento de despesa, ou seja, mais investimentos, como a estrada dos Almocreves. Disse que quem discordava achava que tinha outras soluções mas as propostas tinham de ser discutidas, como era o caso de hoje. -----

-----Interveio em seguida o **Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Deputado Victor Antunes**, que cumprimentou todos os presentes e disse que se identificava com a previsão do Plano de Atividades da Câmara de Sesimbra para o próximo ano, sendo que o mesmo contemplava a conclusão da ampliação da Escola Básica nº 2 da Quinta do Conde, e previa também o início das obras do auditório, bem como uma resposta de proximidade a mais de 50% da população do Concelho. O mesmo incluía também a limpeza urbana, a remoção de monos e as pequenas obras, como calcetamentos de alguns espaços, a manutenção dos espaços verdes, e o apoio ao movimento associativo. -----

-----No que dizia respeito à Estrada dos Almocreves, disse que não considerava essa intervenção prioritária, pois tratava-se de 6,5 quilómetros de extensão num espaço que com certeza traria

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

consequências para o meio ambiente já que implicaria o abate de um número significativo de sobreiros. Acrescentou que não lhe parecia que o benefício fosse ser superior ao prejuízo, e considerava mais importante o início da construção do Pavilhão Multiusos na Quinta do Conde, porque esse sim, seria muito mais importante para a população do que a criação de uma via rápida na Estrada dos Almocreves.

-----Interveio novamente o **Deputado Lobo da Silva**, que disse que sabia que estavam ali para falar sobre o Orçamento do Município de Sesimbra, mas tudo o que tinha referido, como o Serviço Nacional de Saúde, a falta de médicos e a urgência pediátrica do Hospital Garcia da Horta, eram também questões de extrema importância para a população do Concelho de Sesimbra. -----

----- Tomou o uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias**, que disse que o PS tinha a sua ideologia, assim como outros tinham as suas apesar às vezes aprovarem os seus orçamentos com os extremos.-----

----- Interveio o **Deputado José Guerra**, que relativamente ao Deputado José Braga ter afirmado que sabia antecipadamente das votações do BE em relação à GOPS, disse que ainda bem que tinha conhecimento do programa do BE e do programa da CDU, porque havia diferenças substanciais entre as suas políticas, mas não podia acusar o BE de ter responsabilidades de não ter votado ao lado da CDU por interesse coletivo dos munícipes de Sesimbra.-----

-----Concluiu dizendo que havia coisas com as quais concordavam e outras não, mas o importante era que se tivesse como princípio-base os interesses da população de Sesimbra. -----

-----Tomando o uso da palavra, o **Presidente da CMS** disse, relativamente à questão sobre a transmissão online das reuniões das juntas e assembleias, que observando o direito autárquico, competências e atribuições das autarquias locais e autonomia dos órgãos de administração, freguesias e município, e dentro do município, câmara e assembleia, na sua opinião, a questão deveria ser dirigida diretamente à Assembleia e às respetivas Freguesias. -----

----- Quanto à questão sobre o desenvolvimento económico e daquilo que era o rendimento médio da população do Concelho de Sesimbra, nomeadamente da população ativa, disse que era um facto de que de acordo com os últimos dados que eram conhecidos, o rendimento per capita das famílias do concelho de Sesimbra era um rendimento inferior a alguns municípios da Área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente dos Municípios da margem norte. -----

-----Era um facto que a maioria dos municípios da margem sul, sendo eles da maioria do partido A, ou do partido B, enfrentava esse problema neste momento, face àquilo que eram os fundos comunitários em função do rendimento per capita e o valor bruto dos municípios da margem norte. -----

-----Mas também era verdade que o Município de Sesimbra era dos municípios da Área

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Metropolitana, incluindo a margem norte, com uma taxa de desemprego mais baixa, e era o município da AML que tinha menos pessoas inscritas no centro de emprego à procura de emprego entre os 18 e os 64 anos. Eram dados e factos. -----

-----Todos reconheciam que num quadro e numa área que a CMS já identificara há anos como sendo estratégica do ponto de vista da alavancagem económica do Concelho que era o turismo, existiam questões que eram fundamentais. -----

----- Primeiro: o valor acrescentado para as empresas, o aumento do rendimento; -----

-----Segundo: o aumento do rendimento daquilo que eram os trabalhadores ao serviço do setor, que eram mal pagos e não era por culpa da CMS. Na área do alojamento e restauração, verificava-se um aumento significativo do número de postos de trabalho, mas a verdade é que era um setor mal pago e reconhecido hoje pelo próprio setor. -----

----- Terceiro: era uma questão fundamental e era mais difícil para qualquer executivo e para qualquer decisor que era a perceção que a população residente tinha que ter sobre a vantagem do turismo e era o mais difícil que a CMS tinha pela frente, porque a perceção que se tinha era que a pressão do turismo era prejudicial do ponto de vista da higiene urbana, da pressão sobre o território, questionando qual era o valor acrescentado que trazia. A CMS já apresentara os números numa sessão da AMS, mas poderia apresentar numa próxima sessão os resultados de 2018. Tinha havido um aumento de um ano para o outro de quase 20%, em termos do volume de negócios na área da hotelaria e restauração, particularmente nos dois principais indicadores na área do Turismo. -----

-----Relativamente à questão dos grandes eventos e da pegada ecológica, disse que o Município de Sesimbra não fugia à regra, sendo que uma das questões que a CMS tinha programado no próximo ano era uma sensibilização muito grande e uma aposta muito grande na área da sustentabilidade e do ambiente em 3 vetores também importantes, sendo que a CMS iria aproveitar os grandes eventos exatamente para esta função, na fiscalização que era preciso reforçar e, uma vez mais, intensificar aquilo que era a resposta da CMS ao problema que em termos de reclamações e de insatisfação, representava mais 50% que era a higiene urbana, a limpeza de bermas e passeios, para além da rede viária, com um peso menor. -----

-----O peso maior de insatisfação dos munícipes era o espaço público. -----

-----Nos grandes eventos, a aposta da CMS em 2019 era exatamente na área de sustentabilidade e da sensibilização ambiental.-----

-----Sobre as questões levantadas pela Deputada Andredina relativamente à Saúde, o Presidente

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

disse que no ano de 2020, se tinha o maior impacto orçamental que alguma vez já se tivera porque a CMS tinha ao seu encargo a construção de uma Unidade de Saúde que, tal como já havia sido referido, nem deveria ter. Quando se olhava para aquilo que eram responsabilidades da Administração Central e do Governo e responsabilidades dos municípios e das freguesias, era uma realidade incontornável que o cidadão comum pouco se interessava de quem era a responsabilidade, pois queriam apenas ver o problema resolvido. Também era sabido que era muito mais fácil a qualquer cidadão chegar à Câmara Municipal ou Junta de Freguesia e dar nota dessa insatisfação, mas ninguém iria ter com o Primeiro-ministro nem com a Ministra da Saúde a dizer que fazia falta um Centro de Saúde em Sesimbra, a não ser a Câmara Municipal. Muitas vezes as soluções, naquilo que era a responsabilidade da Administração Central e que deveria estar feito, a Autarquia também tinha sabido interpretar as oportunidades que tinha tido assumindo responsabilidades da Administração Central. Disse que no Centro de Saúde de Sesimbra que custava 2,3 milhões de euros, 1,3 milhões iriam sair do orçamento do município. -----

----- Em relação à Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho, de 4 milhões de investimentos estimados, um milhão sairia do município mas não se deveria ter ilusões porque só nestes dois equipamentos estava a falar-se de 2,3 milhões de euros que poderiam ser investidos noutras áreas como a limpeza urbana, na requalificação das vias, mas na questão da Saúde, a CMS estava a substituir-se, e bem, não concordando com a metodologia mas reforçando que o município iria investir mais do que aquilo que iria ser investido pelo Ministério da Saúde. Referiu ainda que o Município de Sesimbra e o seu Executivo também haviam dito à ARS (Administração Regional de Saúde) e ao Ministério que todo o terreno era cedido ela Autarquia e que também faria os Projetos de execução e que as Entidades em questão lançariam as obras. Disse que a CMS não estava de acordo em que a prioridade para estes investimentos se fizesse nos municípios que “davam” mais dinheiro, ou seja, se faz falta uma Escola Secundária na Quinta do Conde e por hipótese, fizesse falta uma Escola Secundária na Sertã, mesmo que no Concelho de Sesimbra a necessidade seja maior, se a Câmara da Sertã pagar metade da Escola, era lá que faria mais falta porque era lá que o Ministério da Educação a iria construir. -----

-----São estas situações que considera erradas e é isto que a Autarquia contrariava, mesmo assumindo que no caso de Sesimbra, se tinha sabido interpretar e que resolveria os problemas da população com prejuízo para aquilo que era a execução das competências da Autarquia. Disse ainda que a atual preocupação no quadro da Saúde, se tivesse a construção da Unidade de Saúde da Quinta do Conde, da Unidade de Saúde de Sesimbra, o início da construção do Hospital do Seixal, que estava no Orçamento do Estado, diria que ficava a faltar um Centro de Saúde com outras condições de

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

acessibilidade na Freguesia do Castelo. Era sabido que em 2021, esta Assembleia Municipal haveria de estar a reivindicar ao município que teria de fazer um Centro de Saúde ou melhorar as acessibilidades ao Centro de Saúde de Santana porque isso passava para a Câmara Municipal, sem nenhuma verba afeta, a não ser a manutenção dos atuais Centros de Saúde. Mesmo não concordando com a metodologia, disse que da parte da Autarquia, os equipamentos ficariam minimamente garantidos, mas ficariam a faltar recursos humanos, o grande problema existente neste momento. Disse que de nada servia estar a fazer um equipamento e a gastar 2,3 milhões de euros do orçamento do Município e do orçamento do Estado se não houvesse recursos humanos. Acrescentou que havia responsabilidades do Município, essencialmente na promoção da saúde, relativamente ao Plano Local de Saúde, já a questão da programação e da gestão daquilo que era o SNS devia de continuar na esfera da Administração Central.-

-----Relativamente à questão colocada pelo Deputado João Valente, disse que quando referiam que o Município de Sesimbra era o Município que menos dependia das transferências da Administração Central, estavam a dizer que aquilo que era transferido para Sesimbra por via do Orçamento de Estado estava muito distante daquilo que devia de ser transferido por direito. Disse também que a existência das cláusulas travão e os sucessivos incumprimentos da Lei das Finanças Locais ou o seu congelamento, levava a que o Município de Sesimbra, sendo um dos Municípios que mais havia crescido em termos de densidade populacional, fosse dos mais prejudicados porque só podia crescer 5% ao ano. Ou seja, com uma aplicação direta dos critérios, hoje teria direito a quase 9 milhões de euros por ano. -----

-----Disse ainda que esta era uma realidade que se adensava àquilo que era uma política sucessiva de anos para anos, que era recolocar o financiamento das Autarquias com base nos impostos e taxas locais. Acrescentou que isso era o maior perigo que existia, pois era estar a criar competitividade entre dois territórios. Não fazia sentido estar a discutir que Município cobrava mais ou menos porque cada um tinha a sua estrutura de receita que infelizmente nunca tinha sido acompanhada por via da Lei das Finanças Locais face ao desenvolvimento dos próprios territórios. -----

-----Sobre a questão colocada pelo Deputado Paulo Caetano relativamente aos PDF editáveis, disse que os mesmos resultavam da aprovação da reunião de câmara, já assinados e rubricados por toda a vereação. -----

-----Quanto à questão da Proteção Civil e dos Bombeiros, disse que tudo o que era sensibilização do ponto de vista de materiais gráficos e transmissões online, estava na área da comunicação e informação. Acrescentou que não havia lá nada a falar em informação nem publicidade. Tudo estava entroncado naquilo que era a unidade funcional que tinha a comunicação e a informação. Disse também que não

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

encontraria as viaturas na Proteção Civil porque elas estavam na área da logística e gestão da frota das GOP. ---

-----Disse ainda que não se podia fazer uma leitura de documentos provisionais daquilo que devia ser uma leitura da execução de um conjunto de atividades, de ações e de prioridades que se faziam ao longo do ano. -----

-----Quanto às questões levantadas pelo Deputado Lobo da Silva sobre a falta de investimentos da Administração Central na Quinta do Conde, disse que era bom que fosse só na Quinta do Conde, mas não era.-----

-----No que dizia respeito à questão de estarem ali a discutir o Orçamento Municipal e não o Orçamento de Estado, disse que era verdade, mas o Orçamento Municipal tinha muita coisa que também devia de estar contemplada no Orçamento de Estado. -----

-----Relativamente às recomendações referidas pelo Deputado Sérgio Faias, disse que quando o PS havia estado no âmbito do estatuto do direito de oposição, tinha colocado um conjunto de questões relativamente a um conjunto de recomendações e moções apresentadas na AM bem como em Assembleias de Freguesia. -----

-----Referiu que tinha sido informado sobre qual era o ponto de situação de cada uma das 3 recomendações referidas, e explicou que relativamente à Rua Guadiana tratava-se de uma intervenção que estava prevista no âmbito do HUB 10 Quinta do Conde. A questão da Lagoa de Albufeira poderia acontecer se tivessem o protocolo com o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), pois andavam há um ano para ter a gestão de todo o espaço da Lagoa de Albufeira para além do espaço da Lagoa Pequena, que ainda hoje não tinham. Sobre a Avenida da Liberdade, disse que estava contemplado no orçamento para este ano e até já articulado com a própria EDP, a substituição das suas luminárias. -----

-----Disse que o PS também havia solicitado 3 casas de banho públicas, uma para as Bicas, uma para o Parque da Vila e outra para Alfarim, e admitia que tinham dito que não o iriam fazer, mas tinham também explicado o porquê da discordância relativamente a essa matéria, reconhecendo a legitimidade dessa solicitação. -----

-----Quanto às quotas impostas no âmbito dos Recursos Humanos, disse que as mesmas eram cumpridas em concursos que tivessem 4 ou 5 lugares. Acrescentou que a quota só era aplicável em procedimentos concursais em que houvesse mais de 4 ou 5 vagas, e sempre que havia essa situação a Lei era aplicada. -----

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----No que dizia respeito à questão do saneamento e resíduos, referiu que tinham de facto uma taxa muito próxima da meta de 2021 na média de separação de resíduos por habitante, uma média bastante longe da dos restantes concelhos da Península de Setúbal, mas também não queriam só isso. Disse que tinham de caminhar para um Concelho cada vez mais sustentável, daí terem iniciado a iniciativa do “porta a porta”, e daí terem previsto iniciar a recolha de bio resíduos no próximo ano. Acrescentou que este era um processo que se fazia construindo e criando a sensibilização por parte da população.-----

-----Relativamente à telegestão, disse que não tinham esses números, mas podia ficar o registo dessa solicitação. Disse também que pela primeira vez, o Município de Sesimbra havia recebido por parte da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), o selo da qualidade da água para consumo humano. Esse era também um excelente indicador do trabalho que o Município estava a fazer relativamente a essa matéria.-----

-----Referiu que só tinham colocado contadores com telemetria no Porto de Sesimbra, mas estavam a equacionar colocar em outros locais, e agora, com as novas condutas, estavam também a colocar um equipamento, que permitiam perceber remotamente a ocorrência de alguma rutura e o local da mesma. Referiu também que só o investimento de aquisição de contadores face ao número de contadores existentes no Concelho de Sesimbra, seria superior a 3,5 milhões de euros.-----

-----Relativamente ao concurso de transportes públicos rodoviários, referiu que já tinha dito que este era um estudo que estava a ser feito quase há 5 anos pela AML para todos os concelhos, há exceção de Cascais e Lisboa, por uma empresa que se chamava W2GO, que curiosamente tinha sido a mesma empresa a fazer o plano de acessibilidades para a CMS.-----

-----Disse também que o plano de acessibilidades tinha sido feito com base na procura dos transportes públicos existentes, com base naquilo que eram os movimentos pendulares com estudos de tráfego de viaturas particulares, e daí havia resultado um conjunto de cenários em função daquilo que era uma eventual procura, fosse dentro do município ou fosse na relação do município com o exterior. Acrescentou que o município não tinha transporte pesado, portanto toda a carga que saía do município do ponto de vista de transportes públicos era transporte rodoviário.-----

-----Esse estudo tinha servido de base ao concurso que tinha tido 5 cenários, entre os quais tinham sido ponderados os cenários que, de igual forma para todos os municípios, pudessem representar um acréscimo e também a sua sustentabilidade do ponto de vista daquilo que cada um dos municípios, e todos no seu conjunto, pudessem contribuir para o sistema. Ou seja, os cenários haviam sido montados em função de duas coisas, em primeiro lugar da experiência que se tinha tido neste último ano com a

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

receita tarifária e com o aumento da procura em função do programa de apoio à redução tarifária na AML, e em segundo lugar da capacidade que os 17 municípios tinham demonstrado em termos de um conjunto de critérios de ponderação e distribuição das verbas, que no seu todo havia representado cerca de 40 milhões de euros, onde o Município de Sesimbra entrava com 1 milhão. -----

-----O cenário ideal era um cenário que custaria aos municípios 70 milhões de euros no seu todo, e o cenário abaixo do ideal custaria aos municípios cerca 50 milhões. Entre o cenário 5 e o cenário 4, Sesimbra tinha uma diferença de 3 pontos, passando de 56% para 60% do aumento da rede. Entre o cenário 4+ e o cenário 4, o Concelho de Sesimbra tinha exatamente a mesma percentagem de aumento de oferta, 56%, e o que ficou definido foi o cenário 4 com 40 milhões de euros. -----

-----Disse que os circuitos ou as frequências iam a concurso, e tinha sido pedido a todos os municípios e a todos os Presidentes das Câmaras, a reserva da informação para que não houvesse o acesso a informação privilegiada por parte de nenhum operador. -----

-----Disse também que cada carreira tinha a ficha dos circuitos com os horários e com a frequência, e eram muitas fichas com a rede final que ia a concurso. Essa rede iria ter 9 meses de implementação, e o Município de Sesimbra iria ter milhares de viaturas por milhares de quilómetros/ano para fazer aqueles circuitos-frequências. Se quisesse alterar podia propor essa alteração que teria de ser aprovada pela AML porque era a entidade a quem esta AM havia delegado competências na gestão do transporte rodoviário e na autorização dos circuitos. -----

-----Disse ainda que, depois serem ponderadas as frequências das viaturas, e supondo que uma carreira nunca era utilizada, o Município de Sesimbra ficaria com um valor por quilómetro/ano que poderia ser utilizado no aumento de frequência de outras carreiras. -----

-----Referiu que se se verificasse que o aumento de um conjunto de frequências nas carreiras fosse demasiado face àquilo que era a procura, estas poderiam ser alteradas onde a procura fosse maior face à oferta e não era preciso vir à Assembleia Municipal, tal como os TST também não vinham. Referiu que havia os números entre aquilo que eram os passageiros das carreiras e o município de Sesimbra podia propor, ou até poderia ser a própria empresa metropolitana a propor ao município que não fazia sentido e desse um parecer em que a Autoridade Metropolitana, neste caso a AML, decidisse em conformidade. Disse que para além daquilo que era contabilizado em termos de oferta, o que existia era mais 5% de viaturas Km/ano que podiam ser utilizadas município a município no todo do seu concurso. O Presidente disse ainda que se o município de Sesimbra precisasse de uma oferta de rede ainda superior àquela que

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

tinha porque a procura ainda era maior, poderia, além dos 5%, ainda propor uma oferta maior desde que pagasse pelo valor que ia a concurso. -----

-----Sobre a eficiência energética, disse que aquilo que mais gostaria era que o IVA de iluminação pública baixasse, no mínimo, para 6% ou fosse grátis. -----

-----Relativamente à questão da limpeza das praias, disse que os 649.000€ incluíam todas as limpezas, mas os munícipes poderiam consultar a base GOV, onde constavam todos os valores dos concursos públicos. -----

-----Quanto às questões colocadas pelo Deputado José Guerra, perguntou se a CMS não tivera mesmo as propostas do BE em linha de conta porque o próprio trouxera 10 páginas no orçamento da CMS onde estavam e quais eram os valores das propostas do BE. Referiu que estivera a fazer uma pesquisa no programa do Bloco de Esquerda e que na pesquisa da palavra “Augi’s”, esta não tinha aparecido nenhuma vez. O mesmo acontecera com “apoio social” mas mesmo assim, sem prejuízo das propostas de melhoria e sistematização dos apoios sociais com cinco medidas e a proposta para a solução de dívidas relativa às taxas urbanísticas das Augi’s, o Presidente disse que trazia a resposta mas necessitava de um longo período de tempo para a dar.-----

-----Em relação à Estrada dos Almocreves, disse que não sabia se se tratava da estrada da Quinta do Conde até ao alto das Vinhas ou de uma estrada nos Pinheirinhos que estava meio pavimentada. -----

-----Para terminar, em relação às questões colocadas pelo Deputado Paulo Caetano, disse saber que o Deputado discordava da estratégia de desenvolvimento do Concelho que invocava não existir. Reconhecia que estavam de acordo que havia um atraso no PDM mas querer que outros instrumentos influenciassem o PDM que o Deputado desejaria era outra coisa mas quando chegasse o momento da discussão do Plano Diretor Municipal, seria tratado frontalmente, de parte a parte, com a discussão de uma estratégia que provavelmente o Deputado não defenderia ou defenderia de forma diferente do Executivo e dizer que não havia nada para o estádio ou para a Avenida da Liberdade era um erro porque sabia que este Plano sempre existira. Saliu ainda que tinha dito nesta Assembleia que existia um Plano Estratégico de Turismo e que tinha sido aprovado esta manhã na Entidade Regional para o Horizonte 2020/2024 e que o Deputado afirmara que estava há anos na gaveta, o que eram coisas completamente distintas. O Presidente da CMS disse que ainda não tinha conseguido encontrar qual era a estratégia do PS para a abordagem deste orçamento. Havia matérias pelas quais se tinha alguma paternidade ou porque se defendiam ou porque eram do Governo do próprio Partido. Dizer-se que se acompanhava o orçamento e o Plano de atividades do conjunto de investimentos, mas que não havia o

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

acompanhamento da gestão financeira e fiscal do município era outra coisa. Ou então dizer-se que era tudo muito certo mas não tinha estratégia nenhuma e que era difícil de realizar era um terceiro motivo.

-----O Presidente disse que havia dois documentos fundamentais, e concordava com o Deputado que faltava o PDM passados 30 anos desde a aprovação do PDM de primeira geração, que eram os instrumentos de gestão do município, que se estava hoje a aprovar e o outro eram os programas eleitorais dos partidos que se apresentavam às eleições e não tinha dúvidas de duas coisas: primeiro, que o programa eleitoral da força política que representava, que tinha sido ambicioso e era para ser cumprido e segundo, sempre que possível, a Autarquia acompanharia também, com todas as forças políticas que assim o quisessem, a prossecução do interesse comum, mesmo que adviesse um programa eleitoral diferente do da CDU e que muito do programa eleitoral do PS já estava executado ou estaria executado no final deste mandato até porque tinha sido muito menos ambicioso do que o da CDU. Salientou ainda que o programa da CDU era a estratégia e a base porque era o compromisso assumido com aqueles que o tinham elegido. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que no âmbito do conjunto de esclarecimentos prestados, disse que viam com algum desagrado que em Sesimbra, ao contrário de outros municípios, se fizesse a discussão em separado da aprovação dos impostos, das GOP'S e do Orçamento. -----

-----Referiu que os documentos entregues aos Vereadores chegavam sempre em “cima da hora”, o que não permitia uma análise profunda dos mesmos. No entanto, não podiam deixar de salientar que da análise feita às GOP'S e ao Orçamento, no domínio de investimentos, o GM do PS concordava com um conjunto de investimentos, nomeadamente do Centro de Saúde de Sesimbra, do Centro de Saúde da Quinta do Conde, da requalificação e ampliação das escolas, do novo Tribunal de Sesimbra e da reabilitação do Cabo de Espichel, investimentos esses que também o Governo do PS havia apoiado, e muitos deles haviam surgido como necessidade ainda na altura da gestão do PS na CMS. Acrescentou que havia outros investimentos, como por exemplo a execução do Plano de Mobilidade Sustentável ou a implementação do sistema de telegestão da água, que eram apoiados pela Comissão Europeia e pela União Europeia, e de facto viam alguma ambiguidade quando se defendia que não deviam de estar no espaço europeu, mas depois tentavam tirar dele todo o potencial para a melhoria das populações. -----

-----Referiu que no domínio dos Recursos Humanos, também consideravam positivo o reforço dos mesmos bem como a possibilidade de dar maior resposta às necessidades da população, e também a perspetiva de se avançar para um novo edifício municipal no sentido de reduzir os custos operacionais.

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

No entanto, registavam que continuava a não haver uma preparação para aquilo que seria o processo da transferência de competências a partir de 2021. -----

-----Por fim, disse que também continuavam a aguardar o processo de Revisão do Plano Diretor Municipal, pois o seu atraso não permitia ter uma visão estratégica clara sobre o que se pretendia para o Concelho, e por tudo isso consideravam que a abstenção era o sentido de voto que deviam de tomar. Acrescentou que iriam continuar atentos à atividade do Concelho. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado José Guerra**, que relativamente à referência do Presidente da CMS sobre o sentido de voto contra do BE ser relativamente às duas propostas apresentadas, disse que já tinha especificado que faltavam outras questões importantes, nomeadamente a questão da emergência climática, a questão da prevenção da subida de água do mar, entre outras que podiam ter sido aproveitadas. -----

-----**A Presidente da AMS** informou que uma vez que as propostas tinham sido entregues à AM pelo Presidente da CMS, e como eram documentos extensos e pormenorizados, os mesmos iriam ser integrados na Ordem de Trabalhos e posteriormente seria dado conhecimento a todos os Deputados. ---

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Rui Rodrigues**, que relativamente à intervenção do Deputado Sérgio Faias, disse que este Orçamento realmente não se preparava para a descentralização de competências que iriam ser obrigados a aceitar em 2021, porque entendiam que uma vez que o Governo pretendia a descentralização do ensino secundário e das áreas da saúde e da segurança, o mesmo devia de incluir no Orçamento de Estado a construção da Escola Secundária da Quinta do Conde, a remodelação da Escola Básica Michel Giacometti, a construção do Quartel da GNR da Quinta do Conde, entre outros. -----

-----Interveio **a Presidente da AMS**, que disse que a matéria da Descentralização de Competências já tinha sido discutida na AMS e já tinha merecido a intervenção de todas as bancadas. Informou que esse tinha sido o tema central do congresso que se tinha realizado em Vila Real, e encontrava-se no site da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), a posição assumida no final desse congresso.--

-----Não havendo mais intervenções a Presidente da AMS colocou à votação os documentos em apreciação e estando presentes 23 eleitos, foi aprovado por maioria, com 14 votos a favor (12 CDU e 2 PPD/PSD), 3 votos contra (2 MSU e 1 BE) e 6 abstenções do PS, sob proposta da Câmara Municipal, os documentos respeitantes às “Grandes Opções do Plano (PPI e AMR’S) e Orçamento 2020 – Mapa de Pessoal”.-----

-----O Grupo Municipal da CDU apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----“A Bancada da CDU estudou a proposta de orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2020, e consideramos no que se refere à Receita, que Autarquia continua a defender e a depender da obtenção da receita própria, uma vez que as verbas transferidas pela administração central devido à fórmula de cálculo do Fundo de Equilíbrio Financeiro, representa apenas 11,8% do total da receita obtida pela autarquia, continuando a Lei de Finanças Locais a não ser satisfatória para Sesimbra. -----

-----A proposta de Orçamento da Câmara Municipal de Sesimbra para o ano 2020 é na ordem dos 55.9 milhões de euros, superior em 1,2 milhões comparativamente ao Orçamento do ano anterior, no qual se prevê um crescimento objetivo das receitas correntes, comparativamente ao ano anterior. -----

-----Será de continuar a Exaltar a Câmara Municipal de Sesimbra que se encontra entre as dez autarquias do País com menos dependência das transferências do Orçamento do Estado. -----

-----No que se refere às despesas correntes e despesas de capital, uma parte relevante diz respeito a compromissos assumidos pela autarquia tais como:-----

-----Portugal 2020,-----

-----Contribuição para o fundo de apoio Municipal e empréstimo Fundo de Apoio Municipal (FAM) ---

-----Nas despesas correntes Podemos verificar que, no âmbito das Despesas Correntes, a despesa com pessoal assumirá grande enfoque, com um montante estimado em 23 555 800€ e cujo aumento relativo a 2019 resulta essencialmente: -----

-----Da consequente alteração gradual do posicionamento remuneratório do Pessoal,-----

-----Dos encargos futuros com os novos recrutamentos, da nova estrutura orgânica e das mobilidades intercarreiras,-----

-----Do aumento dos salários,-----

-----Da manutenção das delegações de competências nas Juntas de Freguesia e os apoios ao Movimento Associativo. -----

-----Nas despesas de pessoal continuamos a verificar uma clara aposta nos serviços de proximidade, nomeadamente na educação, manutenção do espaço público e de higiene urbana, sendo urgente e necessária contratação de recursos humanos pois bastante falta fazem. -----

-----Nas despesas de Capital a autarquia vai muito além das suas obrigações tendo celebrado acordo com o Estado Português no que respeita: -----

-----À construção do tribunal,-----

-----Ao centro de saúde e a ampliação e requalificação da Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho.-----

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----No que respeita a compromissos já assumidos a Câmara Municipal de Sesimbra Irá realizar: -----
-----A requalificação do Cabo Espichel adquirido ao estado Português;-----
-----A abertura do Novo Espaço Juventude no Parque Augusto Pólvora; -----
-----A conclusão da rede de saneamento da freguesia do Castelo, e da recuperação, do investimento na rede viária e saneamento; -----
-----O Novo Edifício do bloco da Mata; -----
-----A resolução urbanística das AUGI de “Casal do Sapo, de Fontainhas e de Courelas da Brava”;
-----Da ampliação das infraestruturas do ensino pré-escolar e básico na Quinta do Conde;
-----A construção do canil municipal; -----
-----A grande participação na Nova Operação de Transportes rodoviários e no Programa de Apoio à redução Tarifária. -----
-----A abertura do parque operacional da Quinta do Conde -----
-----Fica assim demonstrado que sem aumentar impostos e com uma gestão exigente, séria por parte do executivo municipal, vai – se continuara-se a investir bastante no concelho de Sesimbra. -----
-----Sem aumentar impostos ou tarifários dos serviços urbanos ou tarifários de água a Câmara Municipal continuará a: -----
-----Substituir-se em parte à administração Central nas obras que são da sua competência;-----
-----E a aproveitar as oportunidades dos fundos comunitários;-----
-----O Grupo Municipal da CDU encontra neste orçamento o desagramento da dívida global da autarquia por exemplo a dividia de médio e longo prazo cifra-se nos 12,5 milhões e curto prazo 1,7 milhões, logo grupo Municipal da CDU votará favoravelmente este orçamento para 2020, porque é realista, e possível, mas também por considerarmos que os documentos em referência respeitam os compromissos assumidos, encontrando-se o executivo de acordo com o trabalho iniciado no que respeita ao desenvolvimento económico e social do Concelho de Sesimbra a sempre ao lado da População.” -----
-----O Grupo Municipal do PS apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----
-----“O Grupo Municipal do Partido Socialista analisou a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento 2020 – Mapa Pessoal submetidas pela da Câmara Municipal de Sesimbra à Assembleia Municipal. -----
-----Como questão prévia, importa referir a atipicidade do todo o processo de preparação das GOP e Orçamento para 2020, cujos documentos previsionais apenas chegaram ao conhecimento dos eleitos do

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Partido Socialista muito tardiamente, circunstância que inviabilizou a análise detalhada que os mesmos mereciam.-----

-----Nesse sentido, assistiu-se uma vez à mais apresentação de documentos consolidado, sem qualquer margem de manobra para integração de novas propostas, com prévia execução financeira plurianual comprometida, ainda que se concorde com alguns dos apresentados, é entendimento que a metodologia adotada é manifestamente limitadora de integração de outros contributos, soluções ou medidas.-----

-----Há que referir que o principal desígnio dos autarcas eleitos pelo Partido Socialista de Sesimbra consiste em defender os habitantes do nosso concelho e contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida. --- -----

-----Este desígnio está na base da ação do PS na Assembleia Municipal e define o rumo das suas tomadas de posição. Esta atitude reflete-se na posição que assumimos em relação aos principais instrumentos de gestão da autarquia. Nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020 optamos por não nos opor ao documento, uma vez que contempla a realização de investimentos essenciais à população do concelho, incluindo projetos que se arrastam desde a saída do PS da Câmara Municipal e que só agora serão concretizados, graças às contribuições financeiras do Governo do PS e dos fundos da União Europeia, como são o exemplo, a construção do nova Unidade de Saúde na Freguesia de Santiago, a requalificação e ampliação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho ou o novo Tribunal. -----

-----Mas, se por um lado, as GOP e Orçamento para 2020 recebem o benefício da dúvida, com uma previsão do valor total da despesa de 55.875.261,00 euros, o que representa um acréscimo de cerca de 1,1 milhões de euros face ao valor previsto para 2019, já no que se refere à forma de coleta da receita e ao respetivo nível da percentagem dos Impostos Municipais propostos para 2020, assumimos uma posição bem mais divergente. -----

-----Consideramos que a política fiscal de uma região administrativa deve ser encarada como um dos instrumentos disponíveis para se implementarem orientações estratégicas que conduzam ao seu desenvolvimento, à evolução para uma sociedade mais progressista, mais justa e mais solidária, e após anos consecutivos em que a receita ultrapassa com folga a soma da despesa e do investimento seria adequado dar o mínimo sinal de solidariedade para com aqueles que têm suportado esses impostos. ----

-----Face ao exposto, e pelo facto de se encontrarem em curso um conjunto de investimentos, parte considerável dos quais com financiamento do Governo ou financiamento comunitário, o Partido Socialista



Assembleia Municipal de Sesimbra

decide abster-se na votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento 2020.” -----

-----O Grupo Municipal do PSD apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“O Plano e Orçamento da Câmara são documentos importantes da vida de um Município. Neles estão, as principais orientações, prioridades e as opções do investimento municipal. -----

-----No processo de reunião onde esteve presente o Sr. Presidente, o Vereador Polido, Vereador Sérgio Marcelino, Dr. Sardinha e Dra. Graça, ficámos conhecedores da execução do orçamento e as opções para o plano de 2020, que se regista como positivo os esclarecimentos prestados, porém também sempre afirmámos que este diálogo é importante. -----

-----Se admitimos que a concretização de algumas propostas carecem de períodos mais alargado do que um ano para a sua execução, outras há cuja concretização podia e devia já ter acontecido.-----

-----Existem ainda outras propostas que consideramos boas ideias e de elevado alcance, mas, para além de não terem sido integralmente concretizadas, ainda foram desvirtuadas do Orçamento de Estado, como o Novo Centro de Saúde da Quinta do Conde, a escola secundária da quinta do conde. -----

-----Neste orçamento temos um acréscimo de mais de um milhão de euros face a 2019. Este aumento deve-se ao grande volume de obras e ao aumento de receita de capital. -----

-----Vimos com agrado não haver aumento da carga fiscal, nem de impostos, nem de tarifários dos serviços urbanos, assim como os benefícios fiscais permitidos por lei no que respeita ao IMI familiar.-----

-----Passando á despesa, uma das rubricas que irá sofrer aumento será dos recursos humanos onde já estava previsto. -----

-----O saldo orçamental de cerca de três milhões de euros irá também favorecer algumas rubricas que fiquem subdotadas face às necessidades e ao desenvolvimento das obras realizadas pela autarquia.-----

-----Continua o município a honrar os seus compromissos, no que diz respeito ao PAEL, ao FAM e agora com um novo compromisso com a AML.-----

-----O PSD, enaltece o facto de a autarquia ter reforçado as verbas para a Educação, Cultura Ação Social. - -----

-----Comungamos das preocupações sociais que estão implícitas a algumas opções e medidas propostas, pois a conjuntura atual assim o exige. -----

-----Mas para além de medidas conjunturais, a política social municipal também tem de ter um carácter estrutural. Foi essencialmente com os objetivos de estruturar a política social do Município e de promover a articulação das respostas sociais no Concelho, que vimos com agrado mais verbas.-----

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Nunca deixamos de garantir apoios que permitem assegurar direitos básicos dos cidadãos e que promovam a coesão social. Neste mandato, a Câmara diversificou os tipos de apoio, com a criação de ajudas técnicas aos mais idosos e pessoas com mobilidade reduzida.*-----

-----*Além disso, sempre afirmámos que os apoios têm de ser bem geridos, com muito rigor e com muita transparência e os seus resultados avaliados.*-----

-----*Queremos realçar que este município elege a educação como fator principal e com um investimento de mais de 3 milhões de euros, sendo que Sesimbra é um município de referência.*-----

-----*Também á medida que vamos verificando como se faz a reabilitação da nossa rede viária mais convencidos ficamos da necessidade de que essas intervenções nas estradas devem ser mais completas: garantindo a substituição da rede de águas, o adequado escoamento de águas pluviais, mas também aproveitando para reabilitar taludes e muros com elas confinantes, por questões de segurança, e aproveitando igualmente para as embelezar.*-----

-----*Verificamos também o investimento de 500.000 euros previsto na área da proteção civil, e o Acordo com a AML para a implementação do sistema de vigilância no Parque Natural da Arrábida, assente no desenvolvimento da videovigilância florestal e de aquisição de dados para monitorização de incêndios, trabalho este que envolve também o Vereador do PSD.*-----

-----*Apresentamos uma declaração de voto justificando o nosso voto favorável pelos “méritos técnicos da proposta” e devido à “regularização financeira” da autarquia.*-----

-----*Lamentamos o “incumprimento da lei das Finanças Locais”, por parte do Governo, e a tentativa do mesmo de “impor à força a delegação de competências”, uma situação que pode “colocar em causa a sustentabilidade da própria autarquia” de transferir para os municípios, sem conhecer previamente os meios atribuídos aos mesmos.*-----

-----*Consideramos que o orçamento de 2020 apresentado evidencia “um conhecimento profundo dos anseios do concelho” e o mesmo é resultado de um “método alargado de auscultação, envolvendo todos os eleitos, instituições, movimentos associativos, agentes económicos, não podemos também esquecer que este trabalho se deve a todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Sesimbra pelo seu empenho e colaboração.”*-----

-----O Grupo Municipal do MSU apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----*“Não podemos esquecer que no âmbito da receita, a componente mais importante do Orçamento é o IMI, por isso convirá referir que o Movimento Sesimbra Unida em coerência com o seu programa eleitoral e com base na análise efetuada à evolução da receita do IMI nos últimos anos, em Sessão da*

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Assembleia Municipal de 08 de Novembro, defendeu a redução da taxa de IMI para prédios urbanos, votando contra a proposta de manutenção apresentada pelo Executivo. -----

-----Por outro lado, verifica-se um acréscimo bastante significativo das despesas com pessoal após a tomada de posse deste Executivo, cujo valor orçamentado passou dos 18,8 milhões de euros em 2017 para 23,5 milhões de euros em 2020, ou seja, um aumento de 4,7 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 25% das despesas com pessoal orçamentada entre esses anos. -----

-----Apesar de acompanharmos alguns dos fundamentos desta evolução, não podemos deixar de estar preocupados com este aumento brutal em 3 anos. Assim, o Movimento Sesimbra Unida vota contra a proposta apresentada”. -----

-----O Grupo Municipal do BE apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Em relação às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento para 2020 o Bloco de Esquerda vota contra porque aqueles documentos refletem uma filosofia de desenvolvimento que não permite superar as grandes vulnerabilidades do concelho de Sesimbra. A generalidade das propostas de investimento fazem parte de intenções anunciadas há muitos anos pelas diferentes vereações e não traz grande novidade, para além de que se concentram neste e no próximo exercício por evidentes motivações eleitorais.-----

-----Por outro lado, persistem problemas sem resposta clara, como é o caso da deslocalização dos Bombeiros de Sesimbra para um novo quartel na freguesia do Castelo ou da reorganização sustentável dos serviços da Câmara Municipal hoje dispersos por vários espaços, tendo em conta as necessidades atuais e sobretudo do futuro”. -----

*-----Prosseguindo os trabalhos a **Presidente da AMS** declarou aberto o debate do 2º Ponto da Ordem do Dia - Taxa Municipal de Direitos de Passagem’2020, informando que este assunto também tinha sido apreciado na reunião conjunta das Comissões realizada no dia 17 de dezembro e esclarecidas as questões pelo Vereador Sérgio Marcelino.-----*

-----Como ninguém pretendeu usar da palavra a Presidente da AMS submeteu à votação a proposta da CMS tendo a Assembleia Municipal, estando presentes 22 eleitos, deliberou por unanimidade, fixar o percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano de 2020. -- -----

-----A Presidente da AMS chamou a atenção dos eleitos para estarem atentos à organização dos trabalhos e informarem sempre a Mesa quando necessitassem de se ausentar. -----

-----Continuando os trabalhos deu início ao ponto 3º da Ordem do Dia - Aquisição de Serviços de

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Cópia, Impressão, Digitalização e Fax – Pedido de Autorização à Assembleia Municipal. -----
-----Informou que também este assunto fora apreciado na reunião conjunta sendo que as questões e esclarecimentos estavam exarados na respetiva ata distribuída por todos os deputados e deputadas. ----
-----Como ninguém diligenciou intervir a Presidente da AMS submeteu à votação a proposta da CMS, tendo a AMS, estando presentes os seus 24 eleitos, autorizou, por unanimidade, a abertura de procedimento para aquisição de serviços de cópia, impressão, digitalização e fax para todos os serviços do Município de Sesimbra, tendo em conta que se estima a fixação do preço base em €525.000,00 mais IVA, para a contratação em causa, e implica a assunção de compromissos plurianuais (5 anos) não previstos em GOP. -----
-----Declarou em seguida aberta a discussão do 4º Ponto da Ordem de Trabalhos Intervenção na Lagoa de Albufeira – Celebração de Contrato Interadministrativo entre o Município de Sesimbra e a Agência Portuguesa do Ambiente, IP – Minuta – Autorização. -----
-----Lembrou que na reunião de 17 de dezembro, o Presidente da CMS e o Vereador José Polido tinham prestado informações e esclarecimentos conforme constavam na ata realizada. -----
-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que disse numa das cláusulas do contrato falava explicitamente na devolução das verbas não utilizáveis tendo perguntado, porque não estava no contrato, o que é que acontecia se os 100 mil euros não fossem suficientes.-----
-----**O Presidente da CMS** respondeu que se não chegassem ficaria à responsabilidade da CMS. -----
-----**O Deputado** acrescentou que supostamente a APA teria de transferir a verba em 30 dias, no máximo até dia 31 de Dezembro.-----
-----**O Vereador José Polido** esclareceu que a verba ainda não entrara na CMS mas teria de entrar ainda este ano porque fazia parte do orçamento da APA. -----
-----**O Deputado Lobo da Silva** referiu que a vantagem era que a CMS não teria de avançar com verbas do Município mas de qualquer forma era ingrato que se a verba não fosse suficiente ter de ser a CMS a gastar do seu orçamento, não sendo ressarcida posteriormente pela APA. -----
-----**O Deputado Sérgio Faias** esclareceu que a questão sobre o prazo colocada pelo Deputado Paulo Caetano se devia ao fato de inicialmente o processo disponibilizado não estar completo faltando umas folhas. Situação que foi posteriormente retificada. -----
-----Sobre a questão da devolução ou não da verba, disse que o que estava previsto eram custos de aquisição de serviços externos e se fosse preciso usar equipamento da CMS que tivesse custos internos também estava previsto contemplar. Não tinha que ser sempre contratação externa. Se existir

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

equipamento, os custos internos poderiam ser alocados.-----

-----Usou depois da palavra o **Presidente da CMS** que esclareceu que a CMS tivera uma minuta do contrato interadministrativo, antes da assinatura do memorando, que apontava para um contrato interadministrativo de 3 anos, com um modelo de financiamento diferente, ou seja, a CMS realizava as operações necessárias e era reembolsada em função daquilo que gastaria até ao montante de 100 mil euros.-- -----

-----Disse depois que o valor de 100 mil euros fora uma proposta da CMS porque tinha de ser cabimentado e compromissado. No ano anterior a APA fizera a abertura da Lagoa, numa situação muito peculiar com atraso relativamente a anos anteriores, e gastara 30 mil euros. A CMS, num ano em que gastara mais, porque realizara 3 aberturas e uma delas com maior dimensão, gastara 70 mil euros. -----

-----Os 100 mil euros permitiriam fazer mais que uma abertura se fosse necessário. Tinha havido uma troca de contatos no final de novembro, início de dezembro, e fora confrontada pela APA para aquela solução diferente, porque o facto de ser um contrato plurianual obrigaria a uma Portaria de extensão de encargos que tinha de ser aprovada em simultaneamente pela tutela e pelas finanças, o que era difícil, e a opção para não se correr riscos fora fazer um contrato anual. A APA ainda tinha capacidade neste ano orçamental, sem estar cativo, para poder disponibilizar 100 mil euros, e pedira à CMS se podia, para este ano, fazer um contrato diferente, ou seja a CMS receberia a verba antecipadamente em 2019 e faria todas as operações em 2020. -----

-----Estava prevista uma Comissão e haveria uma verificação das contas relativamente aos gastos com as operações que a CMS viesse a realizar com a abertura da Lagoa onde estavam incluídos, se houvesse necessidade, equipamento e recursos humanos da CMS, e até estudos, se houvesse acompanhamento técnico, e haveria um acerto de contas em novembro de 2020 sendo que a CMS devolveria o que não gastasse dos 100 mil euros.-----

-----Hoje fora contactado novamente pela APA e informara que a AMS apreciaria e votaria hoje o assunto, pelo que se a AMS aprovasse hoje a proposta a APA transferiria a verba para a CMS segunda-feira. -- -----

-----Não havendo mais intervenções a Presidente da AMS colocou à votação a proposta da CMS tendo a Assembleia Municipal, estando presentes 24 eleitos, deliberado por unanimidade, autorizar a celebração do “Contrato Interadministrativo entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e o Município de Sesimbra para a intervenção na Lagoa de Albufeira”, nos termos, condições, enquadramento e com os fundamentos constantes da minuta anexa ao processo. -----

Ata nº 27 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o “Período da Ordem de Trabalhos”, tendo a Presidente da AMS desejado a todos um bom natal e um bom ano quer do ponto de vista profissional, quer pessoal, e que todos se pudessem reencontrar no próximo ano com a mesma dedicação, entusiasmo e força de trabalho, todos os dias, em favor da melhoria da qualidade de vida das populações sesimbrenses. -----

-----Foi em seguida solicitada a dispensa da leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, procedendo-se de seguida à respetiva assinatura. -----

-----**A Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a reunião era uma hora e quarenta e cinco minutos. -----

-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----